

Aluna nº a2019149761

Aqui Morreu Uma Mulher: uma experiência singular na Visão
Teresa Margarida Bento Gonçalves Campos Soares

Relatório de atividade profissional para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
mestre em jornalismo

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Orientação: Professora Doutora Carla Baptista

2021

Ao João, que esteve sempre do meu lado
Aos meus filhos, Maria e Manuel

Um enorme agradecimento à Visão pela possibilidade de desenvolver um trabalho de longa duração sobre um tema tão estrutural para a sociedade portuguesa;

Um grande obrigado à minha orientadora, a professora doutora Carla Baptista, por toda a paciência e por ter sempre acreditado que este trabalho chegaria a bom porto.

A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem.

Bill Kovach /Tom Rosenstiel, em Os Elementos do Jornalismo, 2004

Resumo

Este trabalho analisa uma reportagem de longo formato sobre a violência doméstica como ponto de partida para uma reflexão sobre os desafios suscitados pela relação entre o papel do jornalista e do jornalismo e os efeitos da informação na sociedade. *Aqui Morreu Uma Mulher* foi uma experiência inédita num título da imprensa semanal portuguesa com perto de 30 anos. Fundada em 1993, a revista *Visão* lançou-se com um modelo inspirado em newsmagazines internacionais, comprometendo-se a dar uma ampla cobertura aos mais significativos acontecimentos. O seu propósito foi contar as histórias das mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica ao longo de um ano. Em simultâneo, procurou contrariar a habitual abordagem jornalística destes crimes. A redação concordou em tomar uma posição, suspendendo os padrões de distanciamento do jornalismo. O trabalho publicado na revista transformou-se numa exposição que, entre debates e outras ações de sensibilização, percorreu o país. Em vários locais, foi possível convocar as populações e questionar este tipo de vivências do quotidiano, reforçando o papel transformador do jornalismo na sociedade. Seria a digitalização das redações, ocorrida entretanto, a interromper o processo.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Jornalismo; Responsabilidade Social; Revista *Visão*

Abstract

This paper discusses a long-form reportage about domestic violence as a starting point to debate the challenges raised by the relationship between the role of the journalist and Journalism and the effects of information on society. Entitled *Aqui Morreu Uma Mulher* (Here a Woman Died), it was an unprecedented experience in a Portuguese weekly press title that is nearly 30 years old. Founded in 1993, *Visão* magazine started out with a model inspired by international newsmagazines, committing itself to giving wide coverage to the most significant events. The practice ended up also confirming a history of actions in social responsibility - and that particular report was one of those moments. Its purpose was to tell the stories of women murdered in the context of domestic violence over the course of a year. At the same time, it sought to go against the usual journalistic approach to this type of crime - in this case, the editorial staff agreed to take a stand, interrupting the patterns of journalistic detachment. The work published in the magazine became an exhibition, which, among debates and other awareness-raising actions, toured the country. In several places, it was possible to convene the populations and question this type of daily experiences, reinforcing the transformative role of journalism in society. It would be the digitalisation of the newsrooms, which has taken place in the meantime, that would interrupt the process.

Keywords: Domestic violence; Journalism; Social Responsibility, Visão newsmagazine

Índice

Resumo	6
Abstract	6
Índice	8
Introdução	10
Capítulo I. Duas décadas e meia de Visão: a sorte protege os audazes?	10
I. 2. Na primeira pessoa: “E assim passámos um ano na estrada”	12
I.3. Na voz de Simone de Oliveira :“relações que matam”	14
I.4. Cinco anos depois	16
Fundamentação teórica	17
Capítulo II. Newsmagazines em Portugal: o caso da Visão	17
II.1. Enquadramento legal e políticas sociais	18
II.2 Contributos do movimento feminista	20
2.1 Quadro 1 - Prevenção e sensibilização para a violência doméstica em Portugal	22
II.3. Uma contabilidade pouco oficial	24
Capítulo III . O crescente interesse dos media	25
III.1. Uma realidade cada vez menos desconhecida	27
III.2. O estado-da-arte na imprensa mundial	28
Capítulo IV. O jornalismo, as mulheres e o seu impacto nas redações	29
IV.1. Representações das mulheres nas notícias	31
Capítulo V. Onde fica a objetividade ?	32
Capítulo VI. O papel do jornalista e os direitos humanos	33
VI.1 O caso Robert Fisk	34
Capítulo VII. Da transparência: uma guerra de palavras?	36
Análise empírica	39
Capítulo VIII. A Visão e o caso da reportagem Aqui Morreu Uma Mulher	39
VIII. Quadro 2 * Notícias 1993/2014	40
IX. O que significam estes números	42
Capítulo IX. Cronologia	43
Capítulo X. Do projeto à prática	43
X.1. Intenções e limitações	44
X.2. Da reportagem à exposição	45

X.3. (Sem) Chamada de capa	46
X.4 Mais do que um trabalho jornalístico, uma causa?	47
XI. Quadro 3- Destaque noticioso dado à violência doméstica desde o início da reportagem “Aqui Morreu Uma Mulher” até 2021	49
Resultados	52
Discussão	55
Conclusões	57
Anexos	59
Curriculum Vitae	60
Formação	60
Percurso Profissional	61
Outros projetos	61
Principais trabalhos	61
Projeto: Aqui Morreu Uma Mulher	72
Entrevistas/Depoimentos	83
Referências	89

Introdução

Capítulo I. Duas décadas e meia de Visão: a sorte protege os audazes?

“É preciso ter Visão”. A frase ocupava a última página da última edição de “O Jornal”, no final de 1992, anunciando que o projeto em que aquela cooperativa de jornalistas investiu nos anos 1970 não se esgotava com o fim do semanário. Ao invés, transformava-se numa newsmagazine, que passaria a estar nas bancas à quinta-feira desde o final de março de 1993. Inicialmente situada nas mesmas instalações, num acolhedor rés-do-chão da Avenida da Liberdade, em Lisboa, haveria de mudar-se para a periferia no final da década, acompanhando o movimento de várias outras redações. Nesse tempo, ocorre a sua integração num grupo maior e mais poderoso de comunicação social, que traria, pelo menos inicialmente, mais benefícios do que limitações. Mas a grande alteração irá sentir-se com a mudança de direções: se inicialmente há uma linha de continuidade, depois há de ser imposta uma ruptura e um outro modelo de funcionamento, muito menos participativo e também muito influenciado pela ascensão do paradigma digital nas redações.

Para quem chegou lá chegou como estagiária, no final de 1994, e saiu agora – passe uma breve interrupção entre 1998 e 2001 – depois de passar por diversas editorias (sociedade, radar, online...) as diferenças são abissais. Mantém-se o dia em que vai para as bancas (quinta-feira) e o dia de fecho (terça-feira), para permitir que, ao longo de quarta-feira, chegue primeiro à casa dos assinantes. Mas, de resto, quase tudo mudou.

Naquele tempo inicial, a semana começava à quarta-feira de manhã, com a reunião de cada editoria. A intenção era recolher as ideias dos jornalistas da seção, que o editor apresentaria, a seguir, aos outros editores e direção. Ao fim desse dia, havia um primeiro plano de revista afixado em cada sala, a indicar que temas tinham sido aceites e eram apostas para a edição seguinte. Vários planos lhe sucediam até ao dia do fecho: muitas alterações eram ditadas pela entrada de páginas de publicidade; outras impunham-se pela atualidade. O momento de acerto final ocorria depois do fim de semana; nessa altura, com tão pouco tempo útil até ao “deadline”, era comum criarem-se equipas de reportagem, cujos textos eram depois reunidos por uma única pessoa. A reportagem – ou essa ideia de ir aos locais dos acontecimentos falar com os envolvidos na história que queríamos contar – era sempre a mais privilegiada das opções, fosse em questões nacionais ou internacionais: tanto era enviado um jornalista para Paris para cobrir um atentado no metropolitano como para as Ilhas Selvagens para saber mais sobre a história dos caças espanhóis que faziam ali voos rasantes, insinuando o desejo de soberania de “nuestros hermanos”. Também nesse mesmo ano de 1996, uma jornalista da Visão seria a única portuguesa a conseguir entrar em Timor-Leste, poucos dias depois da

atribuição do Prémio Nobel a D. Ximenes Belo e José Ramos Horta pela sua luta em nome da autodeterminação do território.

A prática manter-se-ia nas duas décadas que se seguiram, mesmo depois da mudança de direção, imposta pela doença e desaparecimento precoce do diretor e fundador Carlos Cáceres Monteiro, em janeiro de 2006. Em edições sucessivas, era comum haver um jornalista da Visão como enviado especial em vários locais do mundo: fosse em territórios que nos eram afetivamente mais próximos, como Angola ou Moçambique, o que aconteceu em diversos momentos, ou outros que ocuparam a atenção do mundo meses a fio, como foi a guerra no Iraque e no Afeganistão ou a ocupação da Palestina.

A reportagem, considerado o género nobre do jornalismo, era assim uma das imagens de marca da Visão e por isso também das práticas mais valorizadas pelos jornalistas da casa. Era algo que ia ainda ao encontro da frase lapidar que Cáceres Monteiro gostava de atirar a quem lhe perguntava até onde estava disposto a ir, o célebre “O céu é o limite”. Em 2011, quando completou 18 anos, a iniciativa Caravana Visão, que durante três meses percorreu o país, cada semana com uma equipa de reportagem diferente, far-lhe-ia jus. Tal como, dois anos depois, a capa “Portugueses à conquista do mundo”, um conjunto de reportagens de enviados especiais a vários locais do planeta, para assinalar os 20 anos da revista. Em 2014, a direção também não hesitou quando soube que tínhamos vaga no navio-patrolha da Marinha que fazia missão no Mediterrâneo – e em dois dias estávamos em Lampedusa, a ilha italiana que se tornara conhecida por ser o primeiro porto dos muitos que zarparam em balsas lançadas à água a partir das praias da Líbia para tentar alcançar a Europa. Seria essa mesma direção a aprovar a proposta de reportagem de longo formato chamada *Aqui Morreu Uma Mulher*: a ideia de acompanhar, ao longo de um ano, os casos de morte de mulheres em contexto de violência doméstica por todo o país. A grande alteração iniciar-se-ia em meados desse ano.

Recordo que estava em Granada, em Espanha, onde chegara à boleia de uma traineira que saíra da Suécia com um grupo de ativistas do *Ship to Gaza*, associação que pretendia chegar àquela região do Médio Oriente movida pelo intuito de quebrar o bloqueio económico imposto por Israel e assim assinalar a mais esquecida das catástrofes humanitárias no planeta. As chamadas e mensagens em catadupa diziam todas o mesmo: “a direção caiu”. Nessa mesma semana, transitavam dois jornalistas do Expresso para ocupar os principais cargos diretivos na Visão.

Em outubro de 2016, tomava posse a direção atual, prometendo uma maior aposta no digital. A contratação de alguém só para gerir as redes sociais da Visão e a instalação de um ecrã a mostrar os resultados dos acessos ao site ao momento, através de um programa chamado Google Analytics, acabariam por impor as mais radicais alterações no funcionamento da redação.

A semana passou a começar com a reunião de editores com a direção, na quarta-feira de manhã, na qual são decididos os temas a abordar, e o trabalho é depois distribuído pelas seções. As reuniões de seção passaram a ser escassas ou nenhuma e instalou-se um sistema de piquetes diários de apoio à equipa do site. Em vez de entrevistas e reportagens, com contexto, contraditório e reflexão, passou a ser esperado que esse jornalista de piquete produzisse duas peças diariamente para o site – tal como acontecia com a equipa fixa. Ao mesmo

tempo, os jornalistas ficaram ainda encarregues de escrever para uma série de publicações paralelas com a chancela Visão, da Saúde à Biografias. Com a pandemia e o teletrabalho que se seguiu, as equipas passaram a contactar sobretudo via WhatsApp ou mail e as mensagens podem chegar praticamente a qualquer hora do dia, das 7h30 da manhã até à meia-noite.

Para quem assistiu ‘in loco’ a toda esta evolução, passou a faltar regularmente aquilo que é considerado o “género nobre” do jornalismo: a reportagem. Longe, muito longe, vão os tempos em que o editor me brindava com o lema dos comandos como mimo sempre que saía em reportagem: “A sorte protege os audazes”. Claro que há exceções, mas na maioria dos casos já não se sai em reportagem a contar com a sorte. Isto quando se sai em reportagem, algo que também se tornou uma raridade, em vez de uma prática diária. Agora, quase tudo se resolve pesquisando online ou com um ou outro telefonema. Fica a faltar o que faz a diferença, o que é esperado, o que é suposto: ir aos locais dos acontecimentos, ver e ouvir as pessoas, perceber e entender o que está envolvido. E depois deixar tudo assentar e maturar, enquanto se combina a arte e o engenho de o comunicar bem.

I. 2. Na primeira pessoa: “E assim passámos um ano na estrada”

Homem mata mulher. Homem mata mulher e suicida-se. Mata a mulher e faz explodir o corpo. Criança de 4 anos assiste a tudo. Filha sai de casa para pedir ajuda, na noite de Natal: "Acudam que o meu pai matou a minha mãe." Todos os meses, ao longo do ano, foram saindo notícias destas, a fazer primeiras páginas e nós, jornalistas, a colecioná-las, a lê-las com detalhe, a procurar pormenores que nos conduzissem à rua, à casa, à vida daquelas pessoas, a quem pudesse ajudar a explicar o que levava a que, neste século XXI, se continuem a propagar crimes destes – e, o pior, sem provocar a indignação geral.

O jornalismo de causas pode ser enganador, mas neste caso tínhamos poucas dúvidas: não há nada que qualquer uma destas mulheres possa ter feito que justificasse morrer assim. Aos tiros, asfixiadas com lençóis, amarradas a um carro que depois se atira ao rio. Ou atadas a uma cadeira numa casa a que depois se pegou fogo, ou com facas, duas e três facadas. Atos da maior violência desferidos em quem é mais fraco, em grávidas, à frente de crianças e, pior, dos próprios filhos.

No nosso entender, o jornalismo continua a ser aquilo que alguém não quer que se publique, como apregoava Hearst, o magnata da imprensa que inspirou o belíssimo *Citizen Kane* de Orson Welles, e tudo o mais é publicidade. Falar de um país onde as mulheres são mortas por quem lhes fez juras de amor será sempre sublinhar que não há nisto qualquer normalidade, que não é um mal menor. Quando se começou a esboçar o trabalho, tinham morrido mais de 40 mulheres num só ano. Indignamo-nos quando há atentados que matam dezenas de pessoas. Afligimo-nos quando um desastre ceifa vidas de inocentes, sem aviso. Então como

continuamos a aceitar que, todos os meses, uma, duas mulheres, fossem notícia de jornal pelo facto de quererem ter vida própria?

"Sabes, a Cláudia [Cláudia Lobo, então diretora-adjunta da Visão] acha que devíamos ir fotografar todos estes locais onde ocorreram as mortes", dizia-me a Patrícia Fonseca, minha editora, no final desse annus horribilis que foi 2014. O calendário preparava-se para assinalar década e meia desde que a violência doméstica tomara na lei o carácter de crime público. Mas nada parecia mudar comportamentos – nem se notavam quaisquer reações extraordinárias às notícias que, volta e meia, faziam capa nos jornais diários.

Feito o levantamento, apresentava-se-nos um projeto irrealizável: ir àqueles 42 locais e conseguir reunir material para contar as histórias, de uma só vez, podia acabar por se revelar uma casa inacabada – e entretanto, até ter tudo pronto, vários outros crimes acabariam por ocorrer, muitas outras mulheres acabariam por morrer. Era ainda janeiro e já a contabilidade recomeçara: quatro mortes só naquele primeiro mês do ano.

"E se fizéssemos o trabalho a par dos acontecimentos? E se, durante 2015, fossemos fotografar e recolher a história de quem morresse, preparando tudo para publicar no final do ano?", propus. As duas, Patrícia e Cláudia, concordaram. Em seguida pensei que só um fotógrafo extraordinário poderia fazer um trabalho destes – e o José Carlos Carvalho também não hesitou.

Não foi fácil.

Estivemos em frente à campa de uma mulher com menos de 30 anos, morta em frente ao filho de 4 anos – os vizinhos relataram à polícia que a ouviram gritar: "Por favor, em frente do menino não!". O homem deixou ali o miúdo, na casa do Feijó, Seixal, meteu-se no carro e guiou até à ponte 25 de Abril, para depois se atirar ao rio.

Passámos uma tarde num lar onde trabalhava uma mulher tão querida por todos os colegas que a diretora nos caiu nos braços em lágrimas. Tudo porque o recente ex-namorado da Zé a esfaqueou ali mesmo, quando ela acabou o turno. A irmã dele, acrescentou a diretora do lar de Delgada, no Bombarral, ligou-lhe no dia seguinte: o homem já tinha estado preso antes por ter tentado matar outra mulher com um fio de pesca.

Fomos ainda ao café do massacre, como lhe chamam os vizinhos da localidade de Estela, na Póvoa do Varzim – onde o filho do Monstro do Cacém, esse mesmo que nos anos 80 matou a mulher e a enterrou no jardim, acabou por repetir o gesto do pai, atirando a matar sobre a mulher, o enteado e os sogros. A assistir a tudo no local, o filho de ambos.

Demos por nós em bairros novos, como aquele de Setúbal, onde uma porta de um vidro escurecido apregoava: "A sua segurança começa aqui" – mas afinal não, a própria polícia acompanhou a mulher a casa e considerou que o risco era mínimo. Meia hora depois, foi esfaqueada até à morte.

Chegámos aos lugares mais recônditos, daqueles que não aparecem no mapa nem no GPS. Sem rede de telemóvel. "Ele passava a vida a mandá-la para casa da mãe e ela não ia", contou-nos a vizinha da mulher que acabou por aparecer morta com uma faca espetada no peito, no sítio de Reboreda, Arcos de Valdevez.

Nem a noite de Natal escapou a esta contagem – numa terra chamada Santa Cruz, em Armamar, cheia de cruzeiros na rua. Na porta da junta de freguesia, uma rapariga não conseguia esconder os olhos cheios de

lágrimas quando lhe perguntámos pela morte que agitara a terra naquele 25 de dezembro. A miúda que saiu à rua a gritar "Acudam que o meu pai matou a minha mãe" era a sua prima de 15 anos.

O último caso do ano foi ainda mais gritante. A mulher não só foi alvejada com tiros de caçadeira como ainda se desfez em pedaços ao ser atingida com uma granada, em Sacavém, às portas de Lisboa. Alguém consegue imaginar tal cenário de guerra? Também ela já desabafara no café mais próximo que qualquer dia era ela a fazer as primeiras páginas do jornal.

Não foi fácil não perder o fio à meada, não foi fácil não desanimar ao longo do tempo, não foi fácil encaixar um ou dois dias de reportagem pelo meio do resto do trabalho ao longo do ano.

Era um risco enorme? Era. Mas quantas vezes não apregoamos, meio a brincar e também a sério, muito a sério, que o perigo é a nossa profissão? Sabemos bem que no jornalismo, como em muitas outras áreas das nossas vidas, nada se divide, tudo se liga. Aprendemos que é pelo outro, pelo olhar do outro, que passa o caminho para a verdade. Mas somos igualmente muito formatados por essa ideia de um jornalismo-denúncia. "Afligir os confortáveis, confortar os aflitos", a máxima velhinha do *mui* respeitável Washington Post. O caminho, no já longínquo ano de 2015, fez-se caminhando.

No meio deste processo, a direção da Visão mudou, mas quem chegou acolheu de bom grado, pelo menos numa fase inicial, esta herança.

Um outro apoio inesperado veio de Simone de Oliveira, que aceitou dar a voz para um vídeo que estaria a rodar no nosso site, intitulado "Até quando?". * Quando a convidámos a associar-se ao projeto, só levantou um senão: "Desde que não tenha de falar de mim...É que a minha história não interessa nada. Eu não morri", disse-nos, à entrada do estúdio onde decorreram as gravações, não sem antes rematar: "Mas tem de se falar nisto".

A meio do processo, já com algum trabalho feito, durante uma primeira abordagem à forma como o trabalho seria apresentado nas páginas da revista, um desabafo haveria de nos lançar num outro empreendimento. "Isto dava uma grande exposição, com grandes fotografias e espaço livre em volta do texto". Na proposta inicial, isso não estava contemplado – mas a ideia seria apadrinhada pela direção e o resultado desse esforço apresentado publicamente no Largo de Camões, em Lisboa, em março de 2016 – com o apoio da Secretaria de Estado da Igualdade, da Presidência do Conselho de Ministros e da Câmara Municipal de Lisboa.

Dali, haveria de dar um primeiro salto ao Porto e depois a Viana do Castelo, passando por Sintra e Peniche, antes de seguir viagem para Viseu. O projeto voltaria de novo à estrada integrado no Roteiro Cidadania em Portugal, uma parceria do Governo e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), que visa convocar as comunidades locais para discutir temas da cidadania, da participação cívica, o combate às desigualdades ou as discriminações – e depois, ainda, a convite das mais variadas entidades em diversas regiões.

Em 2017 seria distinguida com uma menção honrosa pelo Prémio de Jornalismo, Direitos Humanos e Integração, atribuído pela UNESCO. O seu último ato público ocorreu em Aljustrel, em maio de 2019.

I.3. Na voz de Simone de Oliveira :“relações que matam”

“A violência doméstica é a forma mais frequente de violência sofrida pelas mulheres. Explica a Organização Mundial de Saúde que é devastadora para a saúde e bem-estar - da pessoa, dos filhos, da comunidade. O ditado popular bem pode apreçoar que «entre marido e mulher não se mete a colher», mas a verdade é que o Estado e a nossa sociedade já não o aceitam: desde o ano 2000 que a violência em contexto conjugal é crime público no nosso país. Quer dizer que a vítima, ou qualquer outra pessoa que tenha conhecimento do crime, pode apresentar queixa: na GNR, na PSP ou na Polícia Judiciária. Também é possível recorrer ao tribunal da área onde ocorreram os factos. Nada disto foi, no entanto, suficiente para mudar comportamentos. À APAV chegaram, nestes 15 anos, 90 mil denúncias de violência – a esmagadora maioria de mulheres agredidas pelos maridos.

400 mulheres foram assassinadas. 700 crianças ficaram órfãs de mãe. 2015 não foi um ano diferente. Morreram mulheres às mãos dos maridos, namorados e demais companheiros em todos os meses do ano. As mortes ocorreram um pouco por todo o país: no campo como na cidade, no Norte como no Sul, no interior como no litoral. Morreram mulheres de todas as idades, dos 20 aos 80 anos, a grande maioria entre os 40 e os 50. Sabemos ainda que sete destas mulheres assassinadas já tinham apresentado queixa. As autoridades desvalorizaram o risco. 14 foram abatidas a tiro, 6 esfaqueadas. Uma outra morreu afogada, outra asfixiada, a última mulher a morrer em 2015 foi ainda atingida com uma granada, depois dos tiros. Falta dizer que uma das mulheres estava grávida. Seis outras deixam filhos menores. E houve ainda três crianças que, impotentes, assistiram a tudo. Apesar do crime, nem todos os assassinos vão responder por isso: 15 suicidaram-se. 2015 terminou com 28 mulheres assassinadas pelos seus companheiros. Mas mal se iniciou um novo ano, recomeçou a contagem. Esta história escrita a sangue está longe de ter um ponto final. Até quando?”

I.4. Cinco anos depois

A tarde de 8 de março em que o projeto *Aqui Morreu Uma Mulher* foi publicamente apresentado, no ano de 2016, ocorreu há mais de cinco anos e pouco resta dele além do que a memória guardou. Nem a violência doméstica passou a ter mais atenção ou espaço nas páginas da revista do que tinha até então; é se há um pico de artigos no tempo da sua execução e divulgação, esse acabaria por esmorecer. Ao longo do último ano, apenas por uma vez a Visão dedicou algumas das suas páginas a uma reportagem sobre o tema – e mais de dois meses depois do início de a Organização Mundial da Saúde ter declarado a pandemia de Covid-19, e de todas as associações terem alertado para os riscos de quem estava fechado em casa com um agressor.

Não que o tema tivesse desaparecido, de todo, do alinhamento noticioso diário. Aliás, a expressão “violência doméstica” foi até eleita “Palavra do Ano” numa votação pública promovida pela Porto Editora, no final de 2019. Os relatos de crime, nos primeiros 2 meses e meio de 2020, com mortes, detenções e medidas restritivas para agressores, foram mais de dez (in “Covid-19: o drama da violência doméstica em tempos de coronavírus”, Visão.pt). Contava então Elisabete Brasil, especialista de género e durante muitos anos responsável pelo Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR, que os grandes estudos de prevalência em Portugal indicam que há um padrão constante que não diminuiu". Numa situação de maior isolamento, o receio é que haja apenas um silenciamento”.

Um retrato que não era diferente do resto do mundo, era “a outra pandemia”, como lhe chamava Rachel Krinsky, diretora executiva da organização LifeWire, sediada em Seattle, nos EUA. Crystal Justice, a chefe de desenvolvimento da linha americana de apoio a vítimas de violência doméstica, lembrava ainda que o abuso é sobre poder e controlo – daí que seja preciso ter em conta que o agressor pode usar qualquer ferramenta para exercer esse poder. Incluindo questões de saúde, como a Covid-19.

Mas, meia década depois da nossa indignação inicial – “como morrem mais de 40 mulheres num ano sem uma tomada de posição pública?” – a realidade não se suavizou, o crime não desapareceu, nem houve maior tratamento jornalístico do tema na mesma Visão. Os momentos em que a exposição convocou a comunidade à reflexão, até maio de 2019, por mais pequenos que possam ter sido, tornaram-se o único consolo. Nem a digitalização, que chegou com a promessa de oferecer um meio que permitia publicar sem limite de espaço – algo que nos condicionou, para o bem e para o mal, em *Aqui Morreu Uma Mulher* – permitiu alimentar qualquer outra abordagem mais sistemática. Algo que, como se verá ao longo deste trabalho, se prende muito com as transformações entretanto ocorridas no campo jornalístico.

Fundamentação teórica

Capítulo II. Newsmagazines em Portugal: o caso da Visão

O conceito de revista é antigo, mas só depois da primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, é que os jornais perderam terreno, ao mesmo tempo que as revistas ganharam fôlego com a grande ajuda da fotografia, que permite ao leitor visualizar os cenários de guerra, começando a partir de então uma “verdadeira idade de ouro para as revistas” (Feyel, 2001: 32). Após o fim da guerra, vive-se ainda o apogeu da rádio, mas nada que anule o mercado das revistas, que se ocupa de todos os domínios da atualidade. A aposta é sobretudo na reportagem, apoiada na expansão da fotografia a cores, que se torna também o motor de um novo género. Mas não só.

Esta nova revista, que a Time proclamou como newsmagazine, visa “proporcionar não a informação imediata do acontecimento, mas o esclarecimento dos factos principais que merecem o interesse do público, auxiliando o seu estudo e reflexão”, como sublinhou Carla Rodrigues Cardoso, na sua comunicação no 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, que decorreu em 2007, em Braga. A revista de notícias surge, então, com o intuito de discutir histórias com maior profundidade do que os jornais ou noticiários televisivos, e visa dar ao consumidor uma compreensão dos acontecimentos importantes para além dos factos básicos.

É neste espectro que se afirma então a Visão em Portugal, depois de várias experiências ao longo do século XX, que não foram bem sucedidas, apesar de marcantes, como a Flama - publicada entre 1937 e 1976; O Século Ilustrado (cuja última edição foi para as bancas em 1989) ou a Vida Mundial, que deixa de ser um jornal semanário para se tornar uma “revista de notícias”, no final dos anos 1960. Entre 1988 e 1992, uma outra experiência ajudaria a abrir caminho, com quatro anos de publicação de uma primeira e pioneira versão da revista Sábado.

Sucessora direta do semanário O Jornal – a fórmula estava esgotada, justificar-se-ia a direção na edição de despedida – a Visão surge no ano seguinte, com a intenção de, como se lia no texto de apresentação da revista, “procurar satisfazer todos os que não tendo tempo a perder, preferem a qualidade jornalística, a independência editorial, o ângulo original”. A dramática imagem da guerra em Angola, numa capa que ficou conhecida como a Pietá angolana, no primeiro número, procurava mostrar que se queria marcar a diferença em relação às antecessoras, revelando o mundo pela sua (própria) objetiva. Para sublinhar a sua qualidade, a Visão socorre-se ainda das suas congéneres internacionais – oferecendo, como sublinha nesse primeiro número, o exclusivo para Portugal dos textos publicados pela TIME e pelo Le Nouvel Observateur.

“A coisa mais importante foi a invenção da fórmula, o que me lembro é de reuniões intermináveis, cheias de fumo, um nome forte, curto, com impacto. Todos achavam que não íamos conseguir – porque todas as tentativas de implementação de uma revista até então tinham falhado”, contava Carlos Cáceres Monteiro, o seu fundador e diretor, num curto filme feito em 2003 para assinalar os dez anos da publicação. Nesse mesmo excerto, podemos ainda ouvi-lo dizer que “podemos ambicionar mais, mas será sempre uma revista séria, com respeito pela verdade, pelos valores democráticos, pelos valores humanos”, rematando depois que “o caminho é ser ousado” e que “o céu é o limite”.

Desde a sua fundação, muito se alterou – na localização, na equipa, na direção – mas manteve-se sempre o seu *core* fundador de ser uma publicação jornalística atenta aos problemas do país. Diversos momentos suscitaram edições especiais, feitas inclusive de um dia para o outro – caso do atentado às torres gémeas, em Nova Iorque, em 2001, mas também da morte de Eusébio, em 2014. Criaram-se edições anuais dedicadas a temas específicos, como a Visão Solidária (que entretanto desapareceu) ou a Visão Verde (que ganhou agora um espaço autónomo no digital). Outras áreas temáticas tornaram-se independentes, como a Visão Júnior, que começou por ser um suplemento de verão em 2004 e se tornou uma revista publicada todos os meses para o público mais novo. Há ainda o caso da Visão História, editada trimestralmente. Houve ainda uma Visão África, dedicada em exclusivo ao continente africano.

A reportagem de longo formato *Aqui Morreu Uma Mulher*, lançada mais de 20 anos depois da sua estreia, nasceu neste caldo já muito suscetível às mais prementes questões sociais. Mas ganhou igualmente corpo graças a um cenário crescente de preocupação política, social e legislativa que se fez sentir no País e no mundo nas últimas décadas.

II.1. Enquadramento legal e políticas sociais

Vários momentos marcaram esta evolução desde que, no final dos anos 1960, deixou de estar em vigor o artigo do Código do Processo Civil de 1933 que consagrava ao marido o direito de requerer a entrega e depósito judicial da mulher casada, caso esta optasse por deixar a casa familiar. O conceito de “chefe de família” seria abolido depois da revolução, em 1974, mas apesar de o tema da violência contra as mulheres já emergir nos feminismos europeus como uma prioridade, seria uma reivindicação que demoraria a ter eco por cá (Duarte, 2012: 64). O crime da violência doméstica como hoje o conhecemos tem a sua génese no artigo 153.º do Código Penal de 1982, que tinha como epígrafe “maus-tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou cônjuges”. A pena variava entre os seis meses e os três anos ou uma multa de 100 dias. Além disso, o agressor só seria alvo de procedimento criminal caso o ato se devesse a um tipo de dolo específico. Ou seja, era preciso que os maus-tratos se devessem à malvadez ou ao egoísmo – uma referência que só há de desaparecer na Reforma de 1995, decreto-lei 48/95. A moldura penal aumenta para 1 a 5 anos, e

o legislador passou ainda a tipificar os maus-tratos físicos ao lado dos maus-tratos psicológicos. Porém, desencadear um qualquer destes processos dependia sempre de queixa, no caso de a vítima ser o cônjuge.

Em 1998, a lei 65/98, de 2 de setembro, traz mais mudanças. Foi quando se criou a possibilidade de ser o Ministério Público a dar início ao processo, caso o interesse da vítima o impusesse. Mas só se, e até ser deduzida a acusação, não houvesse oposição do cônjuge ofendido. O alerta para este senão viria, entretanto, a público depois de conhecido o estudo Homicídio conjugal em Portugal, da autoria de Elza Pais e publicado em 1998. Ali se demonstraria que os valores socioculturais ligados à identidade de género contribuem de forma decisiva para inibir as mulheres agredidas de denunciarem o autor dessa violência, e, pior, saírem da relação violenta.

Seria depois a lei 7/2000 de 27 de maio a conferir uma dimensão pública ao crime de violência doméstica, permitindo que qualquer um a denunciasse e desse início ao processo penal – embora incluísse a possibilidade de a sua suspensão ser requerida pela própria vítima. Nesse âmbito era ainda introduzida a pena acessória de proibição de contato com a vítima e afastamento compulsivo da sua residência. Mas não de passar outros cinco anos até que as políticas públicas reflitam este avanço.

No final de 2005, na sequência da aprovação do relatório de execução Anual do II Plano Nacional contra a Violência Doméstica, em vigor entre 2003 e 2006, seria então criada, por resolução do Conselho de Ministros, a Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica (EMCVD). “A eficácia do combate a este fenómeno que atravessa toda a sociedade portuguesa só será possível de travar numa perspetiva transversal e integrada”, lia-se na Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2005.

A etapa seguinte chegaria com a Lei 59/2007, que introduziu novas alterações legais na tipificação do crime, que deixa de ser abrangido pelo estatuto de maus-tratos e infração a regras de segurança para passar a consagrar-se como crime de violência doméstica isoladamente. Além disso, ofensas sexuais e privação de liberdade passam a ser condutas suscetíveis de incriminação, tal como passa a estar previsto o afastamento do agressor do local de trabalho da vítima.

Os primeiros dados recolhidos e divulgados pela EMCVD apontavam que uma em cada três mulheres portuguesas é vítima de um qualquer tipo de violência em contexto doméstico, seja física ou psicológica. Ao mesmo tempo que aumenta o número de denúncias, nesse mesmo ano de 2007, uma campanha nacional de prevenção da violência no namoro destacava outro fenómeno emergente. Segundo dados da mesma entidade, os mais novos jovens revelavam aceitar a violência como um ato de amor e 25 por cento confessava que já tinha vivenciado algum tipo de violência no namoro.

Começam a fazer-se soar outros ecos do status quo. A Presidência da República haveria de pedir “um firme repúdio” contra “uma chaga social que a todos envergonha”, no final do ano seguinte, depois de ter abordado o tema no seu Roteiro para a Inclusão, em 2006. Mas seria preciso esperar até 2009 para se registar mais uma evolução nesta questão, quando se definiu o estatuto da vítima, prevendo medidas de proteção extrema no caso da mesma correr perigo de vida. Em 2013, há um novo avanço: o crime passa a ser aplicável a situações de namoro, dado o seu visível crescimento – cerca de 1000 denúncias, acusando antigos e atuais namorados.

No final do ano seguinte, e sem que essas medidas surtiram impactos visíveis na sociedade portuguesa, era claro que o País continuava a revelar um problema grave e recorrente de violência doméstica. Segundo a UMAR, sigla de União das Mulheres - Alternativa e Resposta, uma das associações que têm prestado uma especial atenção ao tema, só nesse ano de 2014 tinham morrido 43 mulheres às mãos de atuais ou antigos companheiros. E desde que lançara a sua contagem oficiosa no Observatório das Mulheres Assassinadas, em 2004, os totais ascendiam a mais de 420 vítimas, além de outras 497 tentativas de crime.

II.2 Contributos do movimento feminista

Toda esta evolução seria igualmente marcada por um conjunto de movimentos políticos e sociais, ideologias e filosofias que advogam pela igualdade entre homens e mulheres, além de promoverem os seus direitos e interesses. O feminismo, que visa o empoderamento feminino e a libertação de padrões patriarcais, fundados em normas de géneros, tem uma história marcada por três “ondas” – uma inicial entre o final do século XIX e o início do século XX; uma segunda vaga nas décadas de 1960 e 1970 e uma terceira iniciada na década de 1990 até à atualidade. Isso explica que, dependendo do momento da história, da cultura e do país, as feministas tenham tido diferentes causas e objetivos: numa primeira fase, o sufrágio era o objetivo maior; num segundo momento, impôs-se a luta pela igualdade legal e social. E uma terceira onda apareceria como continuação dessas reivindicações, acompanhada de uma reação às suas falhas. (Krolokke et al, 2005: 21). É ainda consensual que o feminismo teve várias interações complexas com os movimentos políticos do século XX, efetuando mudanças como o sufrágio feminino, o alargamento no acesso à educação, salários mais equitativos, direito de iniciar processos de divórcio – e tudo isso faria emergir, em simultâneo, a sua presença na arquitetura, cinema, literatura, música, provocando um imenso impacto cultural.

Embora mais contido, o movimento feminista em Portugal não foge à tipificação registada além-fronteiras (Tavares, 2008: 56). As suas raízes encontram-se igualmente nos finais do século XIX, mas é nos anos 1920 que surgem aquelas que seriam as suas bandeiras durante o resto do século – como o direito ao voto, à educação, igualdade jurídica e liberdade de pensamento, as principais reivindicações feitas durante o 2º Congresso Feminista Português, que teve lugar em 1928. A liberdade de voto surgiu ainda durante o tempo do Estado Novo, o mesmo que aprovou leis que sujeitavam a liberdade da mulher aos humores do marido. Com a Revolução, em 25 de Abril de 1974, o País beneficiaria de outros momentos marcantes – como o decreto-lei 485/77, que institucionaliza a Comissão da Condição Feminina, dependente da Presidência do Conselho de Ministros, e que procura o reconhecimento da maternidade e da paternidade como funções socialmente úteis, além de promover políticas de igualdade. Mas levaria também a que muito do trabalho das feministas fosse confundido com as outras reivindicações sociais. “As mulheres encheram as ruas”, como bem recordou Maria José Magalhães, num encontro da UMAR, no final de 1998. No mesmo seminário, Lúcia Amâncio haveria ainda de assinalar como o despertar dos meios académicos para os estudos sobre as

mulheres valorizaram o movimento no nosso país, ainda assim muito marcado, até ao final dos anos 1990, pela luta da despenalização do aborto, que só aconteceria depois do segundo referendo em 2007 – e depois de um primeiro momento que negou esse direito, em 1998.

Na década de 1980, o movimento beneficiou ainda de dois grandes encontros, organizados pelas Universidades de Lisboa e Coimbra, que se debruçaram sobre a situação da mulher na sociedade portuguesa. Em 1991, a Comissão da Condição Feminina muda o nome para Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, passando a depender temporariamente do Ministério do Emprego e Segurança Social, até que em 1995, volta à dependência do primeiro-ministro, sendo então criado o Alto Comissariado para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família. É a partir de então que as associações feministas e de igualdade de género ganham maior visibilidade no nosso país – reivindicação que suportada da instituída agenda europeia para a igualdade de género e da pressão feita sobre os governos da UE para que elaborassem planos nacionais para a igualdade (Duarte, 2012: 73).

É na elaboração desses documentos que a noção de violência doméstica começa a ganhar uma definição oficial. Segundo se lê no II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006) entende-se por violência doméstica “toda a violência física, sexual ou psicológica, que ocorre em ambiente familiar” e que inclui maus-tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas – como o incesto – além de ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, trata-se de uma violência que atinge também, direta e/ou indiretamente, crianças, idosos e outros mais vulneráveis, como os com necessidades especiais.” Ali se sublinha ainda que a questão da violência e dos maus-tratos na família tem como vítimas preferenciais o cônjuge ou a pessoa que vive em condições análogas ao cônjuge.

Mas a reivindicação herdada do movimento feminista ia além disso, ou seja, pretendia um reconhecimento de que estávamos perante o conceito inicialmente apresentado por Diana Russell conhecido como femicídio – crime de homicídio em que as vítimas são assassinadas por serem mulheres que vivem numa sociedade patriarcal, assente na desvalorização da mulher como pessoa e como cidadã. Perante o “Tribunal Internacional de Crimes contra as mulheres”, nome da conferência de quatro dias organizada em Bruxelas em 1976, Russell cita inúmeros exemplos de formas letais de violência masculina contra mulheres e meninas de todo o mundo. A sua intenção, sabe-se, era politizar o termo, e com isso chamar a atenção para a misoginia que permeia esses crimes. Para a ativista, a maioria dos assassinatos de mulheres por homens são “manifestações extremas de dominância masculina e sexismo” (Russell, 1992: 156).

Em meados da década de 2000-2010, o termo femicídio já era reconhecido oficialmente pelas Nações Unidas, que, nos seus vários relatórios, identificava a casa como o lugar mais perigoso para as mulheres. A mesma ideia que veríamos também refletida nas várias campanhas de prevenção e sensibilização desenvolvidas tanto a nível institucional como pelas principais associações de apoio a vítimas de violência doméstica portuguesas – e que acompanharam, a par e passo, a evolução político-legal no nosso país, nos

primeiros anos desde 2000 (Quadro 1). Um processo em curso do qual, paradoxalmente, o jornalismo - e a Visão, em particular, como veremos mais adiante - se manteve arredado, com pontuais notícias sobre o tema ao longo destes anos.

2.1 Quadro 1 - Prevenção e sensibilização para a violência doméstica em Portugal

A análise cronológica das campanhas promovidas pelas instituições oficiais e organizações de apoio à vítima e de defesa dos direitos das mulheres revela, a um primeiro nível, uma intenção crescente - embora tímida - de promover campanhas de prevenção e sensibilização e expor o tema publicamente.

Ocorreram ao longo dos últimos 20 anos, período em que são estimadas mais de 500 mulheres mortas por violência doméstica. Ainda assim o foco das campanhas é ainda demasiado centrado na mulher e pouco no agressor (em 13 casos, apenas um põe o foco no homem). Em muitos dos casos, o investimento incluiu anúncios televisivos, denotando ainda a intenção de chegar a mais pessoas. O número anual de mortes, quase sempre acima de 30, acaba por demonstrar que era claramente insuficiente para alterar o panorama

2003

“Há mulheres que passam a vida a receber flores. Outras têm de esperar um pouco mais”. Este o mote da campanha da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, numa altura em que os números oficiais não contabilizavam mais de cinco mortes por ano.

2004

No ano seguinte, uma nova campanha da APAV era igualmente provocadora: “Se não pode sentir o que elas sentem, veja o que elas vêem. Elas, as vítimas, vêem pouco mais do que o chão de uma casa de banho” - ideia acompanhada de imagens esclarecedoras. Já a Associação Mulheres Contra a Violência lançava outro apelo: "Contra os espinhos da violência, a vida merece uma rosa."

É também neste ano que a UMAR (União de Mulheres - Alternativa e Resposta) começa a recolher os números das mulheres mortas em contexto de violência doméstica, segundo as notícias de jornal. E o número era redondo: 40.

2005

O cartaz mostra três mulheres bem arranjadas e sorridentes. Depois o slogan deixa-nos inquietos: "Uma destas mulheres é vítima de violência doméstica", enquanto nos lembrava que "a solução passa por si." A campanha era assinada pela CIG – Comissão para a Igualdade de Género. No final do ano, 39 era o número de mulheres mortas pelo Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR.

2006

Desenvolvida pela CIG, a campanha “Não insulte, não humilhe. A Violência Doméstica é crime. Denuncie” pretendia chamar a atenção para o facto de a Violência Doméstica ser um crime público, estimulando a sociedade a não ser cúmplice deste tipo de agressões, denunciando-as. Nesse ano, morreram mais 36 mulheres.

2007

"Tudo começa com gritos e não deve acabar em silêncio" é o lema da campanha promovida pelo Conselho da Europa e difundida por cá pela CIG. Mesmo assim, o ano termina com mais 21 mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica.

2008

Há marcas que ninguém deve usar, apregoava a campanha desenvolvida pela APAV. O filme mostra uma sessão fotográfica. No final deste ano, a contabilidade feita pela UMAR era revista e aumentada: 46 mulheres mortas.

2009

O slogan era: “Mostra o cartão vermelho à violência doméstica” e a ideia por trás era refletir a repulsa social contra o maltrato. Portugal associou-se assim à campanha “Maltrato Zero”, promovida pela secretaria-geral ibero-americana e presente em simultâneo nos 22 países ibero-americanos. Mesmo assim, 29 mulheres portuguesas não escapariam à morte.

2010

O homem olha-nos de frente e assume: "Eu ameacei. Eu insultei. Eu espanquei". A campanha da CIG lembrava que "quem comete crime por violência doméstica é punido, denuncie." No final do ano, os números mostravam que não era suficiente: das 44 mulheres mortas, 9 tinham apresentado queixa na polícia.

2011

A imagem mostrava o corpo de uma mulher, na morgue, com a pergunta "Quantas reconciliações acabaram assim?", a sublinhar o risco de esperar que algo mudo por si só – e que demasiadas vezes o pesadelo só acabava com a morte. E apelava: "Liga. Não tenhas esperança!".

2012

A campanha chama-se "Em vossa defesa, dê um murro na mesa" e mostra uma mãe no médico com o filho. O miúdo será a razão para aquela consulta, mas a dada altura o terapeuta olha-a e pergunta: há quanto tempo é que o seu marido lhe bate? A voz off acrescenta: há sempre mais alguém que fica marcado. No final do ano, outro anúncio lançava o alerta. "Na alegria e na tristeza, até que a morte os separe", ouvia-se, antes de aparecer a cara esmurrada, o olho negro, as lágrimas a escorrer cara abaixo. E as palavras: "A violência doméstica não tem de ser para sempre. fale agora". A contabilidade do ano alcança 42 mortes.

2013

Neste ano, por iniciativa da CIG surgia uma nova "Campanha para a Eliminação de todas as formas de Violência Contra as Mulheres". Morreram mais 33 mulheres.

2014

A campanha dizia "O meu marido diz que sou muito desastrada" e seguia com outros desabafos do género, incluindo todo o tipo de maus tratos em contexto familiar. No final do ano, a contabilidade voltava a subir: 43 mulheres tinham sido assassinadas pelo atual ou ex-companheiro.

Fonte: CIG, APAV, UMAR

II.3. Uma contabilidade pouco oficial

A crescente preocupação em promover campanhas publicitárias era ainda acompanhada da ideia de que ficavam sempre por contar os casos de violência doméstica nos relatórios anuais de segurança interna, que apresentavam apenas os totais de homicídios no País, sem discriminar as situações em que tinham ocorrido.

Pelo menos, essa era a perspectiva da UMAR, organização que, em 2004, 80 anos depois do 1º Congresso Feminista Português, de 1924, decide lançar o seu Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA). No seu entender, violência letal contra a mulher assumia-se como uma questão transversal. A criação do OMA tinha como alavanca a pretensão de desmontar o problema e dar nomes aos números divulgados anualmente pela contabilidade da administração interna. Havia ainda a intenção assumida de, perante a sua recolha de dados, dar corpo e existência à palavra femicídio, ainda não reconhecida na nossa legislação. A razão? Os dados oficiais não trazem, com clareza, nem deixam em aberto qualquer possibilidade de encontrar informações sobre o femicídio, exatamente porque este não está contemplado no ordenamento jurídico (Iglesias, 2020). Assim, à semelhança de outros observatórios que já existiam – Canadá, Reino Unido, Europeu – a UMAR decidiu incorporar essa metodologia, monitorizando diariamente os jornais a nível nacional. A sua convicção é que as notícias são a forma através da qual a população toma conhecimento do fenómeno, não é o dado oficial nem a polícia. E se os media são próximos da realidade do povo têm, então, por isso também uma responsabilidade acrescida, nota Camila Iglesias, voluntária daquela associação.

A outra mais valia é que, ao contrário da estatística oficial, não seria possível aceder à narrativa dos factos. Já na notícia, está a versão da polícia e das instituições e até da comunidade mais próxima.

Uma convicção e propósito que seria partilhada pela então Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, que no ano seguinte – 2005 – lançaria um guia para o mainstream de género na comunicação social. É praticamente impossível imaginar a nossa vida sem a presença dos meios de comunicação, assinala-se logo nas primeiras linhas. Para depois se frisar que os media não podem continuar a delegar os temas das mulheres para segundo plano. E se os meios de comunicação são, a par da educação, instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, era preciso que as vidas das mulheres deixassem de ser uma história por contar.

Capítulo III . O crescente interesse dos media

Se as lutas feministas foram e continuam sendo de grande importância para a ampliação da discussão e criação de políticas públicas para garantir os direitos da mulher, a segunda vaga do movimento, que começou nos EUA nos anos 1960 e alastrou à Europa na década seguinte, teve ainda como efeito um aumento do interesse dos media. É, então, nas décadas de 1960 e 1970, que se torna crescente a atenção prestada às representações de feminilidade e masculinidade, transmitidas pelos meios de comunicação, reconhecendo-se o papel que estes desempenham na obtenção de consentimento e poder público, na construção de papéis e imagens associadas aos representados.

A marcar essa viragem está o conceito “mística da mulher”, consagrado por Betty Friedan em 1963, que inicia, e inspira, a denúncia das preocupações feministas com os papéis sexuais transmitidos pelas revistas femininas, reconhecendo-se desde então o possível impacto negativo que essas imagens poderiam exercer sobre a consciência individual e sobre a vida social coletiva. “Se todos nascemos com características de mulher ou homem, a feminilidade e a masculinidade são definidas pela sociedade e um dos lugares de construção social é, por excelência, o dos media, que nos apresentam práticas, imagens e atitudes nas quais aprendemos a encaixar-nos. Essas imagens assumiram, no entanto, sobretudo a forma de estereótipos” (Silveirinha et al, 2019: 125).

No final dos anos 1970, outro alerta marcaria os estudos feministas dos media, quando se defendeu que os meios de comunicação perpetuavam a aniquilação simbólica das mulheres (como cristalizado por Gaye Tuchman, em 1978), na linha do que Simone Beauvoir já apontara em *O Segundo Sexo*, em 1949 – seja por ignorarem ou trivializarem as mulheres, por transmitirem estereótipos associando-as à maternidade, ao sexo fraco e a figuras decorativas, ou ainda por criticarem e desvalorizarem a sua participação enquanto profissionais capazes.

Para lá do enfoque na interpretação e anuência das representações, os estudos feministas passaram também a dar atenção à relação entre a composição das redações e chefias e o papel que as mulheres poderiam desempenhar no jornalismo. A trivialização e os estereótipos de relações sexuais nos media foram mesmo colocados na agenda política com a Conferência do México de 1975 que, sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” assinalava o Ano Internacional da Mulher. A grande questão era exatamente se a presença de mais profissionais femininas poderia contribuir para uma mudança da cultura masculina, pela forma de intervenção e do tratamento das temáticas noticiadas – já que, como também se teorizou nos anos 1980, os novos movimentos sociais não sobreviveriam sem os media, atestou já a socióloga holandesa Lisbeth van Zoonen, em 2004. A demanda por mais cobertura mediática dos fenómenos de violência sobre as mulheres ver-se-ia depois refletida na declaração da Plataforma de Ação de Pequim, das Nações Unidas, em 2005, na qual se reconhece que “os media contêm, em todo o lado, o potencial para fazer maiores contribuições para a melhoria das condições de vida das mulheres”.

Um primeiro grande contributo para essa mudança ocorreu há uma década, quando em 2010 a Organização Mundial da Saúde identificou oficialmente a comunicação social como elemento-chave na estratégia de prevenção da violência. Recomendou mesmo uma série de boas práticas para os media – em especial sobre o modo de noticiar, de forma a, à semelhança dos atos suicidas e outros comportamentos autolesivos, prevenir o efeito contágio. Em 2012, foi a vez da Unesco desafiar os media a comprometerem-se a denunciar uma questão que “interessa a toda a humanidade, porque não tem fronteiras.” Mais: segundo aquela agência para a Educação, Ciência e Cultura, as questões de género eram cada vez mais inseparáveis do progresso e da ética no jornalismo. Desde então, e um pouco por todo o mundo, deram-se mudanças significativas nas representações mediáticas das mulheres, muitas delas impulsionadas ou produzidas em resposta ao feminismo (Steiner, 2014: 12).

Mas, como haveria de se concluir (Fox, 2017: 6), analisar a violência doméstica na perspetiva das mulheres era o único formato que permitia cumprir esse propósito: a menos que os assassinatos de mulheres sejam analisados separadamente dos assassinatos de homens, ou seja, desagregados por género, pouco pode ser conhecido sobre este tipo de homicídio.

Um repto que faria eco também por cá: pouco depois do Observatório Nacional de Violência e Género, lançado em 2008, surgiu um Observatório das Representações de Género nos Media, em 2011, apontando já o que o Guia de Boas Práticas, lançado no final de 2019 pela Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade (Quadro 2), haveria de sublinhar: a forma como os crimes de violência contra as mulheres e violência doméstica são tratados pelos órgãos de comunicação social é determinante para o modo como estes são entendidos e interpretados pelo público. A frequência com que os incidentes são noticiados, o destaque que lhes é dado, informações incluídas ou omitidas, as palavras utilizadas para descrever o sucedido – todos são fatores que fazem a diferença na compreensão social da violência.

III.1. Uma realidade cada vez menos desconhecida

Um conhecimento crescente sobre o fenómeno marcaria igualmente toda esta evolução. Desde o início dos anos 2000 que se tornara consensual a noção de que é no ambiente familiar que existe maior violência, mais do que em qualquer outro meio social (ONU, 1993) – e Portugal não escapa ao retrato negro: estima-se que 25 % da criminalidade registada ocorre no seio da família, percentagem que tenderia a aumentar se toda a violência que aí ocorre fosse denunciada (Pais, 1998: 71). Na sua maioria, trata-se de uma violência secreta e silenciada, que escapa ao controlo público e acerca da qual não se tem o costume de falar. Neste cenário, só as violências mais atrozes e visíveis, como é exemplo o homicídio, são detectadas. Mas também ali se validava que os valores socioculturais, ligados à identidade do género feminino, contribuem de forma decisiva para inibir as mulheres agredidas de denunciarem o autor da violência bem como de procurarem sair da relação violenta.

O retrato do País seria atualizado com a chegada da década de 2010 – sobretudo depois de se ter tornado possível reportar diversos tipos de crime através da internet, pelo Sistema de Queixa Eletrónica, incluindo o de violência doméstica (artigo 152 do código penal), acompanhado da regulamentação da Lei n.º 112/2009, que prevê o regime jurídico da prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. No final do ano seguinte, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) já refletia um dos efeitos esperados dessas medidas, dando conta de uma tendência crescente do número de participações por violência doméstica feitas às forças de segurança. Estávamos perante o que a então secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, consideraria uma desocultação do fenómeno, em que as vítimas começavam a deixar de silenciar e a recorrer às respostas criadas para responder aos pedidos de ajuda.

A campanha do cartão vermelho, lançada pela presidência da União Europeia nesse mesmo ano de 2010, e a que Portugal aderiu de imediato, daria mais visibilidade e força às políticas que se seguiriam, incorporando as normas emanadas da Convenção de Istambul – nome por que ficou conhecida a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada naquela cidade turca a 11 de maio de 2011. Foi aprovada pelo Governo português a 16 de novembro de 2012, ratificada pela Assembleia da República a 21 de janeiro de 2013 e entrou em vigor a 1 de agosto de 2014.

A tudo isto, somava-se o papel de destaque assumido pelas organizações não governamentais (ONG) no apoio à vítima, tutelando não só as casas-abrigo – criadas ainda na década de 1990 – mas também implementando campanhas de prevenção nas escolas. Em simultâneo, multiplicavam-se as ações para desconstruir estereótipos que continuam presentes no espaço público e várias queixas sobre uma imagem de subalternidade da mulher em contexto de intimidade foram, desde então, também apresentadas pela Comissão para a Cidadania e Igualdade à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

III.2. O estado-da-arte na imprensa mundial

Guias com recomendações sobre o ideal tratamento da violência doméstica na comunicação social são, há anos, uma prática em outros países, com o pedido explícito aos meios de comunicação para se focarem no comportamento ilícito do agressor, não da vítima – uma citação de uma jornalista do diário britânico *The Guardian*, Jess Hill, dá mesmo o mote à versão nacional daquele documento, lançada em 2019. “É justamente pelo fato de a violência doméstica ser tão contra intuitiva que os media precisam de continuar a relatar essas histórias. Mas nós, jornalistas, precisamos de formação para não continuarmos a cometer os erros do costume.”

Em comum, aqueles documentos refletem uma grande preocupação: apesar de a comunicação social ser considerada um parceiro importante nos vários planos de prevenção e combate do fenómeno, a cobertura feita não estava a surtir os efeitos desejados. Pelo contrário, a abordagem jornalística a este tipo de crime tem contribuído não só para que a violência doméstica seja normalizada como até perpetuada.

Para lá da “falácia feminista”, expressão usada para designar a crença de que redações com mais mulheres seriam mais sensíveis a estes temas, sobressai outro fator determinante e tantas vezes desvalorizado: a imprensa não só fornece factos como opiniões, não fornecendo necessariamente representações neutras ou objetivas, o que acaba por contribuir para moldar a ideologia vigente (Braber, 2014: 87) Um corpo crescente de investigações académicas sobre o tema denuncia que a forma como a violência doméstica é retratada acentua a sua normalização, perpetuando a realidade que espelha (Kohlman, 2014: 2).

Na maioria dos casos descritos, o foco assenta no comportamento da vítima, procurando explorar de que forma contribuiu para o desfecho – e não nas razões socioculturais da violência. A mulher acaba a ser culpada da sua própria vitimização, perpetuando o mito de que é responsável pelo crime de que é vítima: quando se dá voz ao que ajuda a criar essa perceção – esmiuçando as razões porque ficou, porque não fugiu...– as notícias tanto refletem como moldam a realidade que retratam. Nas revistas masculinas, há um embrulho mais humorístico, mas igualmente perpetuador do fenómeno; nas revistas femininas, há uma maior visibilidade dos casos que envolvem celebridades – o que esconde outro problema, que é esse de classificar a situação como algo invulgar, longe da realidade do leitor, como se não ocorresse entre os comuns mortais. Constantes alusões ao comportamento sexual da vítima associadas à ideia de que o agressor não tem intenção de magoar são igualmente comuns. O perpetrador tem sempre justificação para os seus atos; a mulher comporta-se de forma a propiciar o crime. E a linguagem usada transfere, por sistema, a atenção da atitude do perpetrador para o comportamento da vítima. Os detalhes fornecidos sobre as notícias são igualmente reveladores desse olhar enviesado: quando o agressor é o homem, o foco é invariavelmente sobre o que o terá levado a isso; quando é a mulher, a ênfase é no ato em si, pormenorizando-o e, com isso, catalogando-o. Como atenuante do crime, aos homens são associados fatores do foro mental; já as mulheres são irracionais, possessivas ou então adúlteras. Outra linha de abordagem é a que recorre a um pretense humor, revelando

igualmente uma visão absolutamente convencional dos papéis de género e do conceito tradicional de casamento/relação amorosa (idem, ibidem).

Há ainda mais semelhanças do que diferenças na abordagem feita, seja por publicações mais conservadoras ou mais tabloides – como dá conta uma análise ao *The Guardian* e *The Sun* (Braber, 2014: 101), entre os anos 2009 e 2011, momento em que houve uma larga campanha governamental no Reino Unido para criar mais consciência pública sobre a violência doméstica. Sobressai ainda uma maior atenção dada aos casos que envolvem celebridades, mesmo que sejam em menor escala do que os dados globais sobre o fenómeno, contribuindo para criar a falsa noção de que são acontecimentos extraordinários. A linguagem usada, aponta ainda, permite também que o leitor se distancie da realidade e considere que a situação não se verifica entre o comum dos mortais. As referências às possíveis explicações para a origem dos atos violentos acabam a justificá-los – não a questionar o que pode/deve ser feito para interromper esse ciclo. Ali se dá conta ainda dessa concepção enviesada, mas mais generalizada do que se poderia supor, de que é possível ser um agressor, mas também uma pessoa decente – ou um bom pai, como atestam várias decisões judiciais para estabelecer a guarda parental (Cotrim, 2020).

Um olhar mais atento ao tratamento dos dados sobre homicídios nos Estados Unidos da América aponta ainda outros entraves à consciencialização de estarmos perante o que já se considera uma “epidemia silenciosa” (ONU, 2019). Avaliando os dados disponíveis nos EUA, entre 1976 e 2015, sobressai uma desvalorização das questões de género e das diferenças que envolvem este tipo de crime no caso de as vítimas serem mulheres – mesmo que, em regra, eles sejam os agressores e elas as vítimas. O resultado é uma ocultação desse fenómeno já reconhecido como femicídio – crime cuja tipologia define que as mulheres são vítimas por causa do seu género. E a menos que os homicídios das mulheres sejam examinados separadamente dos crimes mortais entre homens, pouco se poderá conhecer sobre o fenómeno e agir de forma assertiva sobre ele.

Ao mesmo tempo que a violência sobre as mulheres não é compreendida como um problema social, esta tolerância histórica contagia não só as decisões dos tribunais como a cobertura jornalística (Carll, 2003: 1607), que se revela por sistema enviesada, embebida do mesmo caldo cultural. Segundo os movimentos feministas, um dos grandes problemas assenta no facto de a polícia ser a fonte primordial em muitos artigos (Simons, 2017:4) – e o argumento é claro: “geralmente lidando com indivíduos envolvidos em crimes, é pouco provável que as fontes policiais tratem o tema como uma questão que precisa de ser abordada pela sociedade como um todo”.

Mas nem sempre tem de ser assim, como nos revelou a campanha que o australiano Herald Sun promoveu, em que a colaboração da polícia foi o que mais contribuiu para uma alteração positiva na forma de abordar a violência doméstica. Em vez de considerarem que a violência doméstica é algo apenas do âmbito criminal e que só aí encontra respostas, as autoridades fizeram questão de assumir que eram cada vez mais chamadas a intervir, refutando que se tratavam apenas de casos isolados.

Capítulo IV. O jornalismo, as mulheres e o seu impacto nas redações

Na sua relação crescente com os media, os estudos feministas das últimas décadas debruçaram-se ainda sobre a feminização da profissão de jornalista. Tal como em outras áreas, até metade do século XX, era uma atividade maioritariamente exercida por homens; desde então, a crescente presença das mulheres no mundo laboral alterou o panorama, no jornalismo também.

A ideia base do movimento feminista é que, tal como no resto do mundo laboral, uma redação com mais mulheres jornalistas alteraria a perspetiva de género mostrada. Desde meados dos anos 1970, com a segunda vaga do feminismo, que o seu olhar crítico sobre os media tinha já identificado vários estereótipos de género nos conteúdos, que normalizam valores culturais centrados no sexo masculino. Vinte anos depois disso, a socióloga Liesbet van Zoonen defendia que não é o número de mulheres ou homens no jornalismo que determina a forma das notícias, mas sim, a transformação do género noticioso, defendendo que o mercado será mais sensível a histórias de interesse humano e investimento emocional, às quais as mulheres jornalistas são mais sensíveis.

Década e meia mais tarde, nos cadernos *Women and Journalism*, publicados pelo Reuters Institute, a antiga jornalista e agora investigadora universitária Susanne Franks insiste que nada disto efetivamente aconteceu.

Apesar das exceções, mantém-se uma série de estereótipos duradouros; as mulheres predominam no lazer e nas páginas sobre o estilo de vida e os assuntos ditos sérios são geralmente dos homens. Sentiu-se uma grande mudança na indústria global nos últimos 20 anos, com o surgimento de novas tecnologias que transformaram a forma como as notícias são produzidas, e há um aumento visível de jornalistas do sexo feminino. Mas nem por isso se considera que há uma maior participação igualitária das mulheres nos meios de comunicação, como nos dá conta o Projecto de Monitorização Global dos Meios de Comunicação (GMMP), que há 25 anos recolhe dados sobre a composição das redações e a sua produção jornalística em todo o mundo. O cenário não diverge muito entre os vários países: as fontes masculinas dominam a maioria dos temas e a abordagem às questões das mulheres representa a opinião popular não especializada. Além disso, a afirmação comumente defendida de que o género é uma questão irrelevante ou menor é bem revelador que a presença das mulheres nas redações continua a ser problemática, uma vez que as mulheres ainda enfrentam discriminações várias com base no género.

Em 2018, no 70º Congresso Mundial de Imprensa e Fórum Mundial de Editores, que decorreu no Estoril, o género voltava a não ser tido como irrelevante para a questão do equilíbrio na representação das mulheres. A grande questão, notava o jornalista britânico Ros Atkins, é que, por mais que a internet tornasse impossível escapar à diversidade, as notícias permaneciam na maioria dos casos monocromáticas, nos mais diversos assuntos e portanto também nas questões de género. Impulsionador da iniciativa BBC 50:50, cujo objetivo é que 50 por cento de todas as fontes que a estação contacta, para todos os seus programas, sejam mulheres, Atkins recordou como não escapou à crítica dos colegas – ao que ripostou com o que dita a deontologia: “ se eu fosse fazer uma história política e não trouxesse duas visões políticas distintas do problema, o meu editor não publicaria a história porque lhe faltava equilíbrio, mas no entanto achamos normal ver programas em que 80% dos convidados são homens”.

Portugal não foge a este panorama. Há quatro anos, no IV Congresso dos Jornalistas Portugueses, que decorreu no Cinema São Jorge, em Lisboa, logo se notou que havia uma multidão de diretores e apenas duas diretoras – na Rádio Renascença e na Visão. Em tom de provocação, a comunicação da diretora da RR, Graça Franco, começava exatamente por esse ponto. “Cheguei mais tarde para me fazer notar”, fazendo questão de sublinhar ainda que, naquele posto, “o género não é irrelevante”. Um estudo de 2016 de Miguel Crespo para o ISCTE notava que as mulheres representavam 41% do total de jornalistas com carteira profissional – mas nos cargos de chefia não chegavam a constituir um valor percentual, o que acaba por contribuir para uma prática generalizada de desigualdade em relação ao género, tanto na representação das mulheres como na produção de conteúdos.

IV.1. Representações das mulheres nas notícias

O facto de as mulheres, apesar de estarem em maioria nas redações, não serem por norma as escolhidas para cargos de chefia tem igualmente peso na forma como o género é representado pela imprensa – e isso foi novamente apontado a dedo há um ano, por ocasião da 6ª edição do Global Media Monitoring Project – Who Makes the News?, uma iniciativa participada por cerca de 120 países, iniciada em meados de 1995, e que faz a monitorização simultânea de notícias publicadas num único dia. De cinco em cinco anos, a GMMP toma o pulso aos indicadores de género nos media, incluindo a presença das mulheres nas notícias, e o que os dados mais recentes indicam é que elas estão sub-representadas, sendo que apenas 24% servem como temas e fontes de notícia. Além disso, o seu impacto na moldagem de percepções e concepções sobre identidades, papéis e relações de género tem sido desvalorizado - mas cada vez mais isso se torna evidente, nota o relatório divulgado pela organização. Ou seja, a maioria das imagens propagadas no espaço público não só banalizam a invisibilidade das mulheres em várias esferas como perpetuam certos estereótipos negativos e idealizações de feminilidade. Uma questão apontada com clareza pôr Rita Basílio de Simões: “As práticas discursivas dos media noticiosos assumem uma importância capital: ao construírem ativamente a sociedade e os seus valores, podem constituir-se como parte e solução do problema, consoante (re)produzam ou contestem a desigualdade e injustiça sociais”. (Simões et al, 2011: 425)

Em regra, o tema é alvo de notícia uma vez ao ano, por volta do Dia Internacional da Mulher, mas depois ficam sempre a faltar, durante o resto do ano, imagens diversificadas para que as pessoas percepcionem os novos papéis que estão a ser desenvolvidos pelo sexo feminino. Uma visão que se coaduna com uma confirmada aniquilação simbólica das mulheres e em que sobressai a perpetuação de uma ordem estabelecida e que legitima as assimetrias de poder, sempre oriunda de uma tentativa dos media em ganhar mais audiência.

A invisibilidade das mulheres na narrativa jornalística prende-se ainda com a perpetuação de condutas esperadas, e as newsmagazines portuguesas não fogem ao cenário comum (Santos et al, 2015): no espaço público, eles são a norma, elas a exceção. Além disso, frisam, mesmo quando se retrata a violência, e apesar da crescente cobertura mediática neste capítulo, continua-se a minorizar as causas e efeitos dos crimes contra as mulheres. No fundo, tudo representações que continuam a cristalizar as dicotomias existentes e anteriormente identificadas.

O que observamos, ao longo do tempo, é que “os media não parecem contribuir para uma maior consciencialização social face ao problema da violência conjugal na esfera pública” (Cerqueira et al, 2017: 224), já que o discurso mediático não comunica o problema como uma questão pública e social. .

Um cenário também confirmado na análise ao tratamento jornalístico da violência doméstica da ERC - Entidade Reguladora da Comunicação Social, na qual se reconhece que, apesar de haver representações mais positivas de alguns meios tidos de referência, os principais espaços noticiosos televisivos continuam a replicar o modelo dos jornais populares, que mantém um excessivo ênfase nos papéis sociais que a tradição atribui às mulheres, pelos quais acabam a justificar os atos de crime. Como conclui, não só está ausente a

abordagem do problema social como, em simultâneo, as narrativas exploram aspectos que contribuem para a perpetuação de estereótipos. Em suma, uma cobertura desajustada da problemática.

Capítulo V. Onde fica a objetividade ?

Contrariar este cenário de reprodução de estereótipos de género, em nome de um melhor jornalismo, acabou por nos levar a questionar aquele que é um dos principais pilares do jornalismo tradicional: a objetividade. Simplificando, diz-se objetivo o conteúdo que reporta os fatos, sem incluir a opinião do profissional, que se distancia de ideologias políticas e permite que o leitor decida aquilo em que quer acreditar (Garcez, Silveirinha, 2020). No entanto, recordam ainda aquelas autoras, não é algo que esteja intrinsecamente associado ao jornalismo desde sempre: a mudança ocorre entre o final do século XIX e o início do século XX, com a industrialização do jornalismo. A valorização da objetividade cresce influenciada pelo positivismo – corrente promovida por Auguste Comte, filósofo considerado o pai da sociologia, por associar a interpretação das ciências e a classificação do conhecimento a uma ética humana – e também pelo empirismo, que traz a experiência para o ponto de partida do conhecimento, procurando assim responder a um desejo de rigor, por associação ao método científico.

Mas, depois de quase um século de unanimidade em torno do conceito da objetividade, em 1999, a socióloga Gaye Tuchman foi rever e atualizar o seu “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”, do início dos anos 1970, e não teve meias palavras para o cenário em volta: “os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”. Mas se a função social da profissão é fiscalizar o poder e fortalecer a democracia, fornecendo aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem (Kovach, Rosenstiel, 2004), de que forma é que o jornalismo dito objetivo cumpre esse objetivo? Será que não acaba por representar o discurso vigente como algo natural?

Segundo a versão mais atual do guia do American Press Institute, baseado em boa parte na investigação e ensinamentos do Committee of Concerned Journalists (consórcio sem fins lucrativos de jornalistas, editores e académicos preocupados com o futuro da profissão, dissolvido em 2011, e que tinha Kovach e Rosenstiel entre os seus fundadores), deve ser o método que é objetivo, não o jornalista. Caso contrário, o jornalista dito “objetivo”, que não emite opinião sobre os acontecimentos, mas tão somente os reproduz, acaba por manter inalterado o status quo.

Em 2009, seria a vez de David Weinberger, o célebre investigador de Harvard que se tem debruçado sobre a forma como a inteligência artificial está a moldar o futuro, lançar nova acha para a fogueira da objetividade no ciclo de conferências Personal Democracy Forum, em Nova Iorque, anunciando que “a transparência é a nova objetividade”, querendo com isso dizer que “a transparência está agora a cumprir algum do antigo papel da objetividade”. No seu entender, o problema com a objectividade é que “tenta mostrar como é o mundo sem um ponto de vista particular”. Se é verdade que a objetividade desempenhou um papel importante na

forma como a informação ganhou a confiança da sua audiência, como recorda, agora, insiste Weinberger, concluindo que a objetividade é um mito inatingível, é a transparência que nos leva à fiabilidade da informação que recebemos, bebendo ainda inspiração no chamado Jornalismo Literário, que permite que o autor assuma o papel de observador imparcial.

Dez anos depois, no início do verão de 2020, no Simpósio Internacional de Jornalismo Online (ISOJ), a questão assumiu a maior atualidade. A comunicação de Tom Rosenstiel, diretor executivo do American Press Institute, chamava-se “Objetividade não é neutralidade: qual é o objetivo da investigação jornalística?”. Começava por citar Bill Kovach, com ele coautor de Os Elementos do Jornalismo - “Toda a geração inventa o seu próprio jornalismo” - e acabava a confessar que não gostava da palavra ‘objetividade’: “o conceito está a causar uma enorme confusão”.

Martin Baron, diretor do The Boston Globe entre 2001 e 2012, e posteriormente diretor do Washington Post, até fevereiro de 2021, voltaria ao tema, numa entrevista à New Yorker, quando anunciou que estava de saída. “As pessoas têm estado rotineiramente a caracterizar erroneamente o significado de objectividade”, considerou. Ou seja, se é importante que, à medida que nos debruçamos sobre a nossa reportagem, tentamos pôr de lado quaisquer preconceitos, isso não quer dizer nem neutralidade nem dualismo. “É suposto dizermos às pessoas o que realmente descobrimos e não fingir que não aprendemos nada de definitivo.”

A ideia já o levava a promover antes a transparência na redação do Washington Post, na tentativa de contrariar o descrédito que a profissão conhecia, num tempo em que se impuseram os conceitos de desinformação e de pós-verdade - neologismo que descreve a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais. “A nossa missão é trazer transparência aos factos. Não estou a sugerir que essa seja a resposta completa, porque há sempre quem não queira acreditar no que lê. Mas, na medida em que for possível, é o que devemos fazer”.

Capítulo VI. O papel do jornalista e os direitos humanos

O impacto do papel exercido pelos media conhece também novos desenvolvimentos a partir do momento em que se assume a importância da sua atuação na prevenção da violência contra a mulher, devido ao seu alcance único a amplas camadas da população bem como à sua capacidade de influenciar e moldar ideias e percepções sobre o que é socialmente aceitável (UN Women, 2019). Se os media devem lançar luz sobre as questões importantes da sociedade – e criar consciência sobre a extensão, causas e consequências das várias formas de abuso que existem – então é preciso apresentar a sociedade em toda a sua diversidade, e não baseada em narrativas e estereótipos tradicionais. A cobertura jornalística da violência doméstica é responsável pelas janelas sobre o fenómeno que se abrem para a sociedade e para o mundo (Carll, 2003: 1603), e incorpora a capacidade de chamar a atenção para o problema e influenciar as políticas públicas. Torna-se igualmente claro que os jornalistas não são meros espelhos da realidade, existindo sempre uma construção do acontecimento – há um trabalho ativo de selecionar, apresentar, estruturar e moldar, de fazer com que o mundo em volta tenha significado.

Mas apesar de progressos legislativos vários, a resistência ideológica que perpetua a discriminação passada sente-se igualmente nos media – isso explicará que, em determinado momento, se tenha considerado que mais mulheres na redação trariam uma alteração na abordagem nos temas tratados e depois isso não tenha acontecido ou se tenha revelado algo temporário. Um estudo publicado pela Federação Internacional de Jornalistas em 2016 levanta alguma luz sobre a razão que pode ter contribuído para isso: as mulheres constituem um terço dos jornalistas, mas menos de três por cento ocupam cargos de direção e com poder de decisão. Além disso, sublinha a organização, as que o alcançam deixam de representar os interesses femininos, aceitando o discurso vigente, mais de acordo com uma visão da sociedade mais tradicional. Por fim, a cobertura geralmente apresentava a violência doméstica com um incidente isolado, em vez de a retratar como um problema social maior.

No início de 2015, a narrativa mediática da violência doméstica em Portugal era reflexo de muitas destas influências – e contrariar a tendência era igualmente uma das preocupações da reportagem *Aqui Morreu Uma Mulher*, lançada com base no acordo entre uma diretora, uma editora e uma jornalista, que há tempos debatiam qual a melhor forma de abordar a violência doméstica como uma questão de igualdade mas não só. O passo seguinte foi assumir que, para lá dos números, tratava-se da defesa dos direitos humanos. “Aqui não há dois lados” (Fonseca, 2020), o que conduziria à essa decisão de interromper os padrões de distanciamento do jornalismo, muito à semelhança do que lemos sobre alguns cenários de guerra: “Enquanto houver uma

criança a morrer de fome, não estou preocupada em ouvir o outro lado. Foi o que fizemos com a questão das mulheres assassinadas: onde houver uma vítima, estamos lá”.

VI.1 O caso Robert Fisk

Na linha do que seria discutido no Festival Internacional de Jornalismo em Perugia, em abril de 2016, impôs-se a defesa da transparência em vez da objetividade – assumindo que a narrativa era moldada pela perspectiva, mas que esta deve ser a que afronta o injusto instituído. Ao assumir a reportagem como uma causa, concordando em tomar uma posição e interrompendo os padrões de distanciamento do jornalismo, aventuramo-nos um pouco pelo terreno do consagrado Robert Fisk, repórter engagé da causa palestina, desaparecido no final de 2020. “Quando há vítimas, estou sempre do seu lado”, apregoa, assumidamente, no recente documentário sobre a sua vida *This is not a Movie* (Chang, 2020).

Correspondente do diário britânico *The Independent* para o Médio Oriente, aos 70 anos, Robert Fisk somou uma vida de reportagens na região, mostrando-se sempre muito crítico em relação às teorias da objetividade no jornalismo. Numa das passagens, Fisk revela claramente o seu pensamento a este propósito: “O jornalista deve mostrar-se neutro na análise e livre dos seus preconceitos, mas sempre do lado de quem sofre. Não sou uma máquina. Escrevo para o leitor como se estivesse a contar a história a um amigo”. Filho de um ex-soldado britânico da Primeira Guerra Mundial, Fisk estudou jornalismo em Inglaterra e na Irlanda, onde trabalhou como correspondente internacional, cobrindo os acontecimentos no Ulster. Em 1976, foi convidado pelo *The Times* para ser correspondente no Médio Oriente, onde esteve até se mudar para o *The Independent*. Cobriu a guerra civil do Líbano, iniciada em 1975; a invasão soviética do Afeganistão, em 1979; a guerra Irão-Iraque (1980-1988), a invasão israelita do Líbano, em 1982), a guerra civil na Argélia, as guerras dos Balcãs e a Primeira (1990-1991) e a Segunda Guerra do Golfo Pérsico, iniciada em 2003. Contribuiu para divulgar internacionalmente os massacres na guerra civil argelina e nos campos de refugiados de Sabra e Chatila, no Líbano; os assassinatos promovidos por Saddam Hussein, as represálias israelitas durante a Intifada palestina e as atividades ilegais do governo dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. Fisk também entrevistou Osama bin Laden, líder da rede terrorista Al-Qaeda (em 1993, no Sudão, em 1996 e em 1997, no Afeganistão). Entretanto, tornou-se o correspondente britânico no estrangeiro mais premiado. Recebeu o Prémio Correspondente Internacional Britânico do Ano sete vezes (as últimas em 1995 e 1996) e também ganhou o Prémio da Imprensa da Amnistia Internacional no Reino Unido em 1998 e no ano 2000. Mas notabilizou-se sobretudo como um defensor da causa palestina e do diálogo entre os países árabes, o Irão e Israel.

Na visão de Chang, é a matéria-prima perfeita para tecer um conto sobre a natureza do jornalismo moderno. Um exemplo de como as coisas devem ser feitas, através da recolha de factos no terreno, por oposição a um mundo de orçamentos cortados, de rápida rotação das notícias impulsionada pelo digital. Tudo regado com a crescente compreensão de que a neutralidade está nos olhos de quem a vê, na linha do que já contestara o

movimento do Novo Jornalismo, nos anos 1960: a história é sempre contada na perspectiva de quem a escreve – e este narrador é também um ser humano formatado pela sua cultura. Um modelo que não vingou porque os seus maiores representantes – Ryszard Kapuściński e Joan Didion, mestres daquilo a que hoje chamamos jornalismo literário – acabaram a reconhecer que também não deixavam a imaginação de fora nas suas reportagens.

Mas a questão da objetividade no jornalismo voltaria à mesa de debate quando as guerras passaram a ser cobertas em direto, no início dos anos 1990. Foi quando Christiane Amanpour, jornalista da CNN que então se distinguia na cobertura da Guerra do Golfo, se insurgiu contra aquilo a que chamou uma cultura de equivalência moral, em que o jornalista se mostra incomodado em apontar quem é a vítima e quem é o agressor. “O jornalismo tem de estar sempre do lado das vítimas”, repetiria, uma e outra vez, Fisk, indiferente às críticas – como a que Ethan Bronner lhe dirige num artigo no *The New York Times*, intitulado *Um Correspondente Estrangeiro Que Faz Mais do que Relatar*. Em 2008, numa entrevista ao jornal *Público*, Fisk voltaria a frisar qual a sua perspectiva sobre aquela discussão: “Todas as semanas recebo umas 250 cartas. Uma ou duas são críticas e ofensivas, mas quando lhes respondo, a explicar o meu ponto de vista, é habitual receber de volta pedidos de desculpa”. Dois anos depois, em nova entrevista a um órgão de comunicação social português, o semanário *Sol*, repetia: “O jornalismo tem que estar sempre do lado das vítimas”. Para logo depois deixar no ar uma outra questão de ordem epistemológica: “Se recuarmos ao tempo da escravatura, seria aceitável dar igual tempo de antena aos senhores ou centraríamos as nossas histórias na vida dos escravos? De um lado e do outro interessa-me contar a história daqueles que sofrem e não a história dos vencedores. E não me venham dizer que isto é a posição de um ativista porque é uma questão moral. Se souber de um assassinato de uma pessoa inocente, seja feito por quem for, escrevo sem ter nenhum interesse em saber o contraditório. Tenho o direito e o dever de o escrever.”

Segundo a sua argumentação, como voltou a frisar no auditório da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde em 2008 apresentou o seu livro *A Grande Guerra pela Civilização*, não há lugar para a moderação ou para o comedimento: “os repórteres devem ser neutra e imparcialmente a favor daqueles que sofrem”.

Capítulo VII. Da transparência: uma guerra de palavras?

As raízes da transparência no jornalismo, nos EUA, remontam aos anos 1920, quando a imprensa se voltava para a objectividade como princípio orientador, de acordo com *The Elements of Journalism* (Kovach e Rosenstiel, 2001). Mas em vez da versão intelectualmente desprovida de sentido e de espectro de objectividade que defende que os jornalistas podem e devem funcionar livres de qualquer preconceito, esta concepção inicial de objectividade tinha a transparência no seu cerne.

A ideia era que os jornalistas deveriam desenvolver uma abordagem consistente para verificar a informação e apresentar esse processo de forma a que as pessoas pudessem compreendê-lo e decidir o que pensar. Era uma versão adaptada do método científico, num prazo mais apertado (Brown-Smith, 2020). Ou uma forma importante de os jornalistas poderem construir a sua credibilidade, explicando aos leitores o que se sabe e também o que não se sabe sobre uma história, elevando a transparência a uma espécie de árbitro de confiança, sublinhando o valor do que é oferecido ao público.

Note-se que o apelo à transparência no jornalismo não é propriamente novo, apenas se tornou mais visível, sublinha o projeto *Trusting News*, que se apresenta como uma receita para cimentar uma relação bidireccional com os consumidores de notícias, em vez de considerar que há uma simples troca de informação. Fundamentalmente, esta ideia de transparência é uma forma de dizer ao leitor o que se quer que saiba sobre o processo de trabalho, a motivação, a ética e os valores, procurando responder às perguntas que tantas vezes nos chegam pelas caixas de comentários: se fomos justos numa história ou porque foram utilizados determinados dados em vez de outros.

Em questão está esta ideia de usar a transparência como uma ferramenta para aprofundar o envolvimento com o leitor e com a comunidade com o jornalismo. Segundo defende o director associado do Programa Praça Pública, do Fundo para a Democracia, uma fundação americana que trabalha para assegurar que o sistema político seja capaz de resistir a novos desafios e cumprir a sua promessa para com o povo, em vez de

a opor a noções irrealistas de objetividade, a transparência deve ser uma parte fundamental da forma como defendemos os motivos pelos quais nos decidimos por determinadas notícias ou reportagens. As razões que conduzem a isso são várias - sejam as mudanças nos modelos de negócio, as tecnologias editoriais ou as expectativas do público - num caminho que ganhou peso na última década, desde que, na conferência *The Future of Journalism*, que decorreu em Cardiff, em 2009, a comunicação de Klaus Meier apontara a transparência dos processos jornalísticos como o desafio maior no desenvolvimento de uma relação de confiança com o público. Em 2013, a ideia era cimentada pelo prestigiado Instituto Poynter: em *The New Ethics of Journalism*, a expressão "Act Independently" (Agir de forma independente) era substituída por "Be Transparent" (Ser transparente).

Entre a objetividade e a transparência, emerge ainda outra questão fulcral para o métier do jornalista: as palavras têm consequências, isto é, não são neutras e refletem o contexto em que são ditas. Veja-se a forma como foram relatados os ataques israelitas à Faixa de Gaza, conta a organização noticiosa sem fins lucrativos *The Conversation*.. Como ali escreveu o escritor e professor Moustafa Bayoumi, da City University of New York, em causa está o destino das pessoas oprimidas porque “quando são mortas são mortas duas vezes: primeiro por bala ou bomba e depois pela linguagem usada para descrever as suas mortes”. É a forma de Bayoumi chamar a atenção para um dos papéis mais importantes, embora não menos controversos do jornalismo moderno, esse de colocar violência (no caso, política) em palavras. Como sublinha Bayoumi, “a má notícia para os jornalistas é que não existe um modo neutro: se as suas palavras soam neutras é provável que se tenha simplesmente evitado apontar a responsabilidade pelos assassinatos”.

Não será uma questão tão recente como se poderá pensar; afinal, o filósofo francês Michel Foucault já apontava o problema em *As Palavras e as Coisas*: “o poder também se faz no e através dos discursos” (Foucault, 1966), no qual lembrava como a higienização da língua e dos discursos teve um papel central nas ditaduras. Num artigo de opinião, a jornalista Bárbara Reis voltava ao tema há meia dúzia de anos: “Dantes é que o jornalismo era bom. A sério?”, questionava, defendendo que “transparência e escrutínio” são agora “duas palavras-chave no processo jornalístico” e considerando que “o escrutínio que os leitores fazem ao nosso escrutínio obriga-nos a ser mais explícitos sobre os passos que damos na construção de notícias”. O importante, como sublinha, “é o jornalismo não perder a sua essência”, tendo sempre em mente que “é a disciplina da verificação baseada na obrigação de procurar a verdade”.

Em março de 2016, à data da inauguração da exposição *Aqui Morreu Uma Mulher*, poucos dias depois da publicação da reportagem na *Visão*, a coluna editorial *Linha Direta* sublinhou este nosso propósito: “Mais do que um trabalho jornalístico, foi a causa da luta contra a violência doméstica que nos levou a todos os locais dos crimes ocorridos no ano de 2015” - rematando que decidimos levá-lo para um lugar público para que “nunca mais alguém olhe para o lado”.

Análise empírica

Capítulo VIII. A Visão e o caso da reportagem *Aqui Morreu Uma Mulher*

No final de 2014, o País tentava a custo sair de uma dura crise financeira, com um enorme impacto no tecido económico e social, marcado pelo desemprego e pela redução real dos salários, depois de três anos de intervenção externa. Ao longo do ano, a atualidade tinha-nos feito mergulhar na análise de padrões nefastos considerados resolvidos na nossa sociedade, como fora o caso do regresso da adição às drogas duras ou o mundo violento das praxes. Mas o impacto da crise ia além disso, com a forte erosão das remunerações a acentuar ainda mais as desigualdades de género (Rodrigues et al., 2016).

A contabilidade das mortes de mulheres em contexto de violência doméstica, divulgada no fim de novembro, revelava ainda uma ineficácia crónica na proteção das vítimas: o ano terminava com 42 homicídios consumados, além de outros 49 na forma tentada. Estatisticamente, é como se morressem em média quatro mulheres por mês, uma por semana – a confirmar o alerta dado, quatro anos antes, pelo coordenador da campanha contra a violência doméstica implementada pela Assembleia da República, e também presidente da Comissão para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens do Conselho da Europa, José Mendes Bota, sobre o facto de aquele tipo de crime aumentar em momentos de escassez. “A crise está a fazer com que as pessoas percam a casa, vão para divórcio, ou acabem por não ter o que comer, e isso reflete-se sempre no fenómeno da violência”, declarava, numa entrevista à agência Lusa.

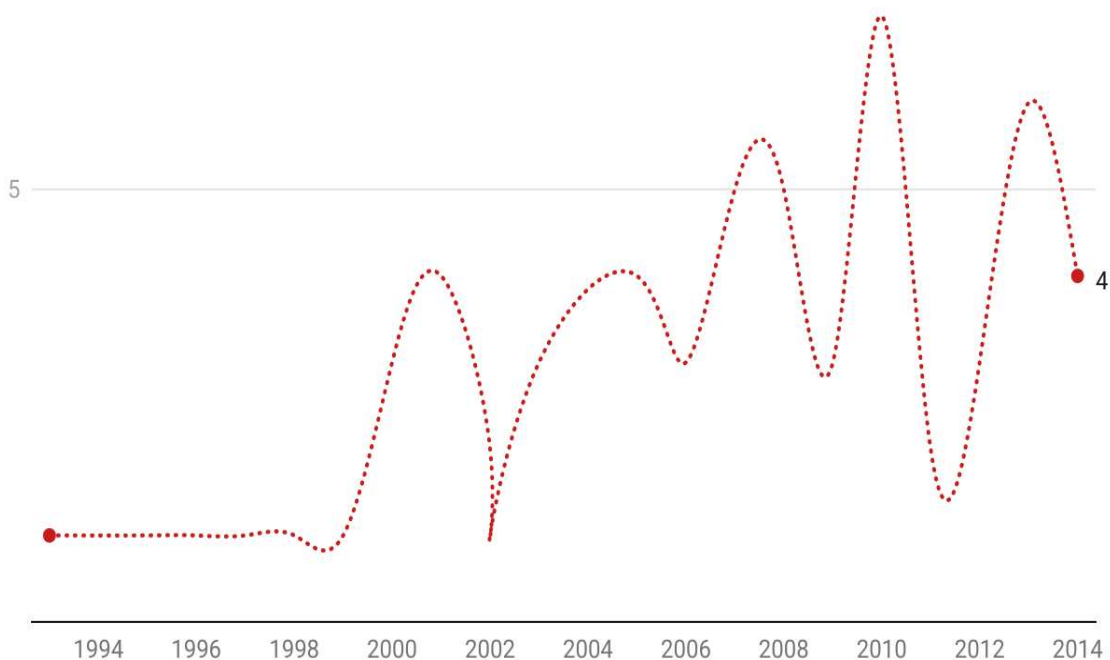
Era o reconhecimento de que, apesar das alterações legais ocorridas na última década e meia, desde que fora consagrada como crime público, de todas as campanhas de prevenção, dos diversos planos de combate, a violência doméstica não baixara. Em 2012, o ano acabara com 40 mulheres assassinadas; em 2013, tinham sido 39. Na revista fundada havia mais de 20 anos por Carlos Cáceres Monteiro, o diretor que gostava de dizer que acreditava no jornalismo como missão de vida (“com todos os erros, acho que, se exercermos bem a nossa profissão, podemos lutar por boas causas”, disse ao DN, em 2004), os números trágicos de 2014 haveriam de nos levar a olhar de forma mais atenta para o fenómeno - já que, até então, nenhum dos casos mortais, sozinho ou em conjunto, tinha sido notícia na Visão. (Quadro 2)

VIII. Quadro 2 * Notícias 1993/2014

20 anos de artigos sobre violência doméstica na VISÃO

Apesar de em alguns casos o número anual ultrapassar a mão cheia, a maioria eram breves e artigos que não ultrapassavam uma página

..... Artigos



As exceções reportam a 2010 (6 páginas sobre Violência no Namoro) e a 2013 (6 páginas sobre as crianças e jovens que testemunhavam agressões dentro de casa).

Gráfico: Teresa Campos • Fonte: VISÃO • Criado com Datawrapper

*A pesquisa no arquivo digital da Visão não devolve quaisquer resultados referentes ao ano de 1994

Notícias q.b.

Só em raros momentos se foi além da pequena nota.

Página 1 de 4 >

Data	Quantidade	Espaço	Tema
1993	1	1 Coluna	Entrevista a Teresa Rosmaninho, sobre criação de Associação de Apoio à Vítima, cujo público-alvo incluiu as vítimas de violência doméstica
1995	1	Breve	Conferência da Associação Mulheres Contra a Violência
1996	1	Breve	Divórcio violento da atriz Pamela Anderson
1997	1	1 Página	Maridos portugueses citados no relatório americano de violações de direitos humanos
1998	1	2 Colunas	Entrevista Teresa Rosmaninho, a propósito do primeiro gabinete da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima no Porto
1999	1	Breve	Casa/descasa violento entre os atores Carmen Electra e Dennis Rodman
2000	3	Meia Página	Ponto de situação da condição feminina nos Açores, das mais duras do país
		Duas Colunas	Iniciativa contra o "terror conjugal" em apoio "às mulheres espancadas pelos maridos"
		Meia Página	Número: 7 por cento das queixas de violência doméstica apresentadas à polícia são de homens
2001	4	Caixa num texto de capa	Retrato de um país onde o crime violento é comum e a violência doméstica é considerada uma "realidade subterrânea"
		Breve	Agressor de ex-namorada com composto corrosivo entregou-se na prisão
2002	2	Referência	Relatório da ONU sobre discriminação da violência contra as mulheres aponta trunfo a Portugal por ter incluído a violência doméstica nos crimes públicos
		Breve	Comentário sobre notícia de primeira página num outro jornal, na qual o médico José Maria Tallon é acusado de agredir a mulher
2002	1	Breve	Notícias sobre países cuja lei ainda inclui castigos corporais para as mulheres
2003	3	Breve	J.K. Rowling associa-se a campanha pública britânica contra a violência doméstica
		Breve	Dados da APAV revelam 50 mulheres mortas em casa pelos parceiros
		Breve	Peça de teatro sobre violência conjugal
		Breve	Resultados da primeira estimativa do número de mulheres agredidas pelo cônjuge, divulgados pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa
		Legenda	Referência à violência doméstica num artigo sobre a vida em Espanha
		Breve	Espanha cria 400 juízos especiais para tratar casos de violência doméstica

IX. O que significam estes números

Percorrendo o arquivo da Visão desde o ano do seu lançamento, e até ao final de 2014, foram apenas quatro as vezes em que, ao fim de um ano, a violência doméstica tinha merecido artigos com mais de duas páginas. Em dois dos casos, envolvia figuras conhecidas do grande público. Um outro auscultou as crianças que foram testemunhas da violência em casa, em plena crise económica. O outro versava sobre a violência no namoro, um fenómeno com crescente visibilidade nas escolas – e o único que fez capa da revista. As mortes anuais raramente foram mais do que um destaque, nas colunas das breves.

Mas a constatação de que o número de mulheres assassinadas todos os anos pelos parceiros era mais ou menos constante – 40 em 2012, 39 em 2013, 43 em 2014 – seria, depois, o gatilho que nos desafiaria a retratar o que tinha todos os ingredientes para ser “o culminar trágico de um padrão nefasto nas relações amorosas” (Baptista, 2019), que atingia transversalmente toda a sociedade portuguesa, e estava longe de ser um fenómeno em declínio e confinado a uma geração mais velha, desfavorecida e com baixa escolaridade.

Capítulo IX. Cronologia

Início da reportagem – janeiro de 2015

Conclusão - dezembro de 2015

Publicação na revista Visão - 3 de março de 2016

Inauguração no Largo de Camões, em Lisboa – 8 de março de 2016

Última apresentação pública – Aljustrel, 16 maio de 2019

Capítulo X. Do projeto à prática

A ideia inicial era reportar aquele ano dramático de 2014. Seguiu-se a recolha dos casos e da sua localização, para poder traçar uma pauta de trabalho. Mas a verificação de que estavam bastante dispersos pelo território, de norte a sul do país, acabaria por se tornar um primeiro obstáculo – pela dificuldade que seria ir a todos os locais e recolher todas as informações, sem que o ângulo de retratar o ano que findava não ficasse ultrapassado. A solução encontrada foi acompanhar os casos que se seguissem, ao longo de 2015.

O plano tinha como base a intenção de podermos dar mais atenção a cada caso isoladamente, embora seja preciso dizer que nem sempre foi exatamente assim. Em vários momentos, abordámos vários casos nas mesmas regiões, opção que permitia reduzir os custos das deslocações de uma equipa dedicada ao caso. Mas ir a todos os locais, tal como publicar todos os casos, era um princípio do qual não queríamos de forma alguma abdicar. E aquela foi a forma de contornar o que poderia revelar-se, ao longo do tempo, um impedimento.

Seguindo a linha editorial da Visão, recusámos a abordagem mais imediata e sensacionalista, preferindo o foco na problemática e não em cada acontecimento - o ângulo escolhido para as fotografias é só um exemplo, as imagens não pretendem explicar o crime em si. Intencionalmente, também não há imagens de sangue – antes cenas que nos remetem para a nossa vida quotidiana, com o intuito de reforçar a ideia de crimes que acontecem ao nosso lado sem que, demasiadas vezes, se dê por isso. Ao nível da linguagem, impunha-se também não justificar a ação do agressor: preferir sempre fatos e não alegações, embora conceda que isso possa ter acontecido, quando se optou por incluir *vox populi* num ou outro relato. Seria depois a atualidade a ditar a metodologia.

No fim de janeiro, quando a reportagem arrancou, já havia quatro mulheres mortas pelos maridos. Esses foram os primeiros a ser tratados – com reportagem no local e confirmação de dados com a polícia. Ao longo do ano, os dados recolhidos foram permitindo dar corpo ao que os especialistas já classificavam de femicídio – um crime de ódio baseado no género: as mulheres eram mortas porque eram mulheres. A própria polícia começava a referir-se a este tipo de crime como uma questão social. Aliás, seria também durante 2015 que inaugurou a primeira esquadra-abrigo no país, assim conhecida porque fora concebida para atender apenas vítimas de violência doméstica, de porta aberta 24 horas, dia e noite. De nome oficial Espaço Júlia – Resposta Integrada de Apoio à Violência Doméstica, era o sonho da hoje comissária da PSP Aurora Dantier, responsável pelo plano de combate à violência doméstica no distrito de Lisboa: proporcionar um atendimento à noite e ao fim de semana. “É quando as pessoas estão mais tempo juntas”, justificava à Visão, já também ciente de que as vítimas fazem sete a oito tentativas para quebrar o ciclo da violência e que é muito difícil fazê-lo sem ajuda. “Sobretudo quando se passa tão facilmente da fase lua-de-mel (em que é tudo, como se diz na gíria, amor e uma cabana) à fase da tensão (marcada pelo controle constante), culminando nas agressões, para depois voltar ao início do ciclo”. E isto revelava ainda uma alteração na atuação das autoridades policiais e o aparecimento de uma polícia atenta aos crimes de género, que se tornaria fonte

primordial dos casos reportados regularmente pela comunicação social, tal como faz o fazia a UMAR, no seu Observatório de Mulheres Assassinadas, modelo que também adotámos.

X.1. Intenções e limitações

Apesar de todas as (boas) intenções, o ano de 2015 não se fez só de artigos e reportagens sobre violência doméstica. Essa foi a sua grande limitação. Ou seja, em muitos momentos vimos-nos perante a necessidade intercalar a reportagem com outros temas, igualmente importantes para a revista. Uma intermitência que pode até, em alguns casos ter sido benéfica: porque foi divertida (por exemplo, em “Chegámos ao futuro” contava-se que “há 30 anos, um cientista louco prometia levar-nos num DeLorean, a 140 quilómetros por hora... até 2015; Ou fora do comum (“Uma sex shop na província: Uma jovem mãe de família, desempregada, criou o seu próprio negócio com o apoio do centro de emprego. Mãe e sogra dão uma ajuda quando é preciso. Mais um sinal de mudança nos costumes?”); ou ainda porque acompanhava temas que marcavam a atualidade. (“Droga leve, debate duro: O mote foi lançado pela ministra da Justiça: deveríamos legalizar a venda de canábis? Pesamos os argumentos a favor e contra, espreitando o que se passa no mundo”)

Mas não só. Como jornalista que acompanhava regularmente a área da Educação, numa outra edição foi tempo de desafiar alunos do 4.º ano a pensar como será a vida na Terra daqui a muito, muito, tempo (“...e eles imaginaram carros voadores, robôs-almeidas e chuva de comida, para ninguém passar fome e até um departamento de ciência maluca”). Seguiu-se a praga dos javalis na Arrábida; uma análise do papel das mulheres nas empresas; e ainda uma reportagem na Alemanha sobre o ensino vocacional.

Mas o momento mais incomum aconteceu quando foi preciso regressar do Pinhão, no Douro – onde procurávamos saber quais os contornos de mais uma mulher assassinada por violência doméstica – para embarcar, literalmente, numa outra aventura muito especial. “Na traineira da solidariedade: quebrar o bloqueio económico de Israel à Faixa de Gaza e assinalar a mais esquecida das catástrofes humanitárias, eis o que move a embarcação que saiu da Suécia há um mês. Viagem na Flotilha da Liberdade, entre Lisboa e a Andaluzia.”

Ainda se deu atenção às “Férias grandes... de mais?” depois de o Ministério da Educação ter decidido esticar o verão, deixando os alunos mais uma semana em casa. Mas também às mulheres com cancro que decidiam começar a mostrar as cabeças sem cabelo. Ao “negócio milionário dos manuais”, quando começou o ano letivo. Tal como às praxes alternativas e ao movimento que contesta brinquedos diferenciados para menino e para menina. Ou às raparigas que se estreavam como alunas internas no Colégio Militar.

A falta de mais tempo livre para dedicar a este longo formato foi apenas uma das limitações logísticas. Havia, como bem recorda José Carlos Carvalho, o repórter fotográfico que aceitou o desafio de ilustrar cada caso, outras questões, essas bem mais conceptuais. “Como fotografar o silêncio? Como fotografar o invisível

ou o velado?”. Como refere, desde que há fotografia – melhor seria dizer desde que há imagem – que o problema se põe, porque o que está em causa é um conceito e não uma realidade tangível, que se furta ao olhar da câmara.

“A violência doméstica, entendida como fenómeno alargado, é um desses casos. É omnipresente em todas as sociedades, mas invisível. É ilegal, constitui crime, mas resistente à sanção social e à lei. O que é novo na modernidade, não é a violência, mas a natureza dessa violência e o modo como a enquadrámos entre o espaço público e o privado. O seu território, o seu capital de impunidade, é precisamente esse círculo fechado que constitui a privacidade e deixa à porta o Estado, as leis, a civilidade exigida aos comportamentos relacionais. Se essa condição coloca grandes dificuldades à intervenção da lei, é igualmente pouco permeável a um olhar exterior, documental, sobre elas.”

Claro, como prossegue José Carlos Carvalho, que o fotógrafo pode sempre captar os efeitos visíveis dessa violência: olhos negros, caras inchadas, membros fraturados. “O choque de quem observa é garantido. Mas o que retemos dessa evidência dolorosa que já não estivesse connosco antes? Este conceito de mostrar lugares que conhecemos, um pouco por todo o país é uma dimensão testemunhal da fotografia bem mais ampla e complexa. Porque nos coloca a todos no lugar da vítima.”

Mas o facto de termos também dado visibilidade a outros acontecimentos relacionados com o tema de longo formato que nos ocupou o ano inteiro, entre muitas outras reportagens, foi cimentando, aos poucos, a ideia de que aquele tinha potencialidade de ser um projeto maior. Algo que perdurasse para lá da semana da publicação e que ajudasse a criar consciência crítica.

X.2. Da reportagem à exposição

O momento em que o conceito do trabalho final muda substancialmente ocorre depois do verão. Foi quando fizemos uma primeira comparação com o período homólogo do ano anterior. O número de casos era muito aproximado. A partir daí era mais do que expectável que no final do ano houvesse perto de 30 histórias para contar – haveriam de ser 28. E como já se viu aquele era um valor que foi várias vezes ultrapassado nos anos anteriores. Impunha-se então que começássemos a delinear a melhor forma de apresentar o resultado final.

Em primeiro lugar, havia um obstáculo logístico. Em termos de espaço, cada história dificilmente poderia ocupar mais de mil caracteres (200 palavras) numa revista de informação como a Visão, e para o trabalho seriam no máximo disponibilizados 30 mil caracteres, que ocupariam entre 6 a oito páginas. Era ainda preciso contar com o espaço para as fotografias, uma por caso: deixar de fora, uma que fosse, era trair o projeto inicial e o investimento que tinha sido feito.

“Então mas andámos um ano a fazer um investimento destes e agora desperdiçamos o que temos em mão? Isto foi um desperdício?” (Fonseca, 2020), uma pergunta com truque, porque tem implícita a resposta. “Se consideramos que o tema é importante para nós é para a sociedade, isso também se deve refletir no espaço que tem quando publicado”. O exemplo usado pela agora ex-editora da secção de sociedade pode parecer

exagerado, mas reflete a ideia na perfeição. “Aconteceu com a New Yorker, que em 1946 enviou um repórter várias semanas para Hiroshima. E ele decide contar as histórias de meia dúzia de pessoas, detalhando onde estavam e tudo o que lhes aconteceu desde o momento em que a bomba rebentou e o lugar onde estavam então – tudo como ponto de partida para um retrato de uma cidade em ambiente nuclear. Em cima do fecho, já estava o repórter a enviar páginas e páginas daquilo quando o diretor começou a ler e proferiu alto e bom som o famoso: 'parem as máquinas, isso vai tudo para o lixo'. Pela primeira vez, a revista foi monotemática. Claro que é uma situação extrema, mas isto é que é dizer “isto é muito importante e não queremos saber de mais nada agora”.

Foi numa dessas reuniões de análise que um ato inesperado nos fez mudar a perspetiva. Com as imagens impressas em formato A3, o exercício de imaginação foi, assumo-se, inevitável. Ficou claro para todos – direção, edição e equipa de reportagem – que cada conjunto de texto e imagem teria muito mais impacto se exibidos em dimensões maiores do que nas páginas de uma revista. É preciso ainda dizer que o peso das imagens num trabalho deste género era imenso, pela capacidade imediata de ajudar a contextualizar os crimes em causa. Mas, sabendo de antemão que dificilmente seria possível que todas tivessem espaço condigno na edição semanal, fazia cada vez mais sentido pensar na forma de transformar aquela reportagem numa exposição.

A proposta haveria então de seguir para a Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade, que detinha o pelouro do combate à violência doméstica. O que tínhamos entre mãos para apresentar era um produto jornalístico que gostaríamos de mostrar num espaço público. Na reunião que decorreu na Presidência do Conselho de Ministros, a hipótese de cada história ocupar um mupi foi a que recebeu mais apoio. O pedido seria depois feito por aquele órgão à autarquia lisboeta, que ficaria responsável por essa execução. Seguir-se-ia a escolha dos detalhes da inauguração. Optou-se por uma data simbólica e aconteceria a 8 de março, Dia Internacional da Mulher, em 2016. Na quinta-feira anterior, dia 3 de março de 2016, a reportagem foi publicada na Visão.

X.3. (Sem) Chamada de capa

A capa, “espaço de encenação por excelência” (Cardoso, 2009) tem como função apelar à compra e seduzir o/a potencial leitor/a. Mas, apesar de o modelo escolhido para a sua divulgação ser considerado interessante para tornar relevante o que julgámos significativo, a reportagem não fez a capa da revista naquela semana.

Década e meia antes, o então diretor e fundador da revista, Carlos Cáceres Monteiro, assegurava que a capa da Visão era pensada em função de três objetivos: “Em primeiro lugar, reforçar a marca da revista, pois a capa tem de estar de acordo com o espírito da publicação. Em segundo, vender a revista. Por último, informar ou divertir o leitor, pois tanto pode ilustrar um tema sério como mais leve”. Divulgada então, a lista das capas mais procuradas na banca começava por aquelas que estavam diretamente relacionadas com

acontecimentos ou temas de atualidade, nacionais ou internacionais, de grande impacto; seguida das que revelavam histórias de interesse humano.

É verdade que estes temas mais fortes muito dificilmente fazem o pleno na capa da Visão, historicamente foi sempre assim (Fonseca, 2020), e a sua principal dificuldade é que correspondam com a maior perfeição possível às linhas mestras que levam a essa decisão.

Mas, na semana em que tomou posse o recém eleito presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, a história da sua vida levou a melhor. A “história de capa”, uma coluna que todas as semanas explica como é escolhido e tratado graficamente o tema principal da revista, confirma-o – a escolha recairia numa imagem de família dos Rebelo de Sousa. Marcelo, que tomaria posse dois dias depois da inauguração da exposição, retribuiu a simpatia, e deixou-se fotografar perante os cartazes que emolduravam o Largo de Camões.

X.4 Mais do que um trabalho jornalístico, uma causa?

Nessa edição, na seção Linha Direta, correspondente ao Editorial, lia-se: “Mais do que um trabalho jornalístico, foi a causa da luta contra a violência doméstica que motivou a Visão a fotografar todos os locais dos crimes ocorridos durante o ano de 2015. O resultado são 28 fotos e respectivos relatos, duros e tristes, assinados por Teresa Campos e José Carlos Carvalho. Decidimos levá-los para um local público. Para que nunca mais alguém olhe para o lado.”

Cinco dias depois, no Largo de Camões, em Lisboa, a exposição *Aqui Morreu Uma Mulher* ganhava então corpo como uma iniciativa da Visão, da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, e da Câmara Municipal de Lisboa. Uma inauguração que decorreu ao início da tarde com a presença do Primeiro-Ministro, António Costa, do Ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, da Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e da então Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal.

Mas é preciso também dizer que o momento que se seguiu, ao lado de quem detém o poder, gerou reações (sobretudo internas) opostas. O argumento a favor era o sempre: dar voz a quem não a tem, perante as mais altas entidades do Estado – que aproveitaram o foco para anunciar medidas. Francisca Van Dunem, ministra da Justiça, logo ali declarou que “seriam criadas todas as condições para melhorar a capacitação de Portugal” em várias áreas no combate aos crimes de violência doméstica. “Hoje, aqui, ao prestar homenagem a estas vítimas o que fazemos é uma promessa: não cruzaremos os braços e que tudo faremos para evitar que novas vítimas apareçam”, disse. O primeiro-ministro, António Costa, fez o remate: “Estes homicídios não são gestos de amor, não são atos de piedades, são crimes. E crimes com a gravidade especial por ser entre pessoas que têm um laço familiar”. Uma declaração de circunstância colada à nossa indignação inicial? Poderá ter sido, mas ficou-nos outra dúvida: teria havido um qualquer compromisso público maior se assim não tivesse sido?

A discussão era sobre esse conceito de que a independência exige que o jornalista seja neutro (Kovach, Rosenstiel, 2001) – embora isso não colida, necessariamente, com a ideia também defendida pelos autores

dos Elementos do Jornalismo, de que a nossa reflexão sobre o mundo tenha de estar divorciada da nossa responsabilidade cívica. A pergunta maior, no debate que se gerou internamente, era se não teria havido interferência dos responsáveis políticos no teor dos textos. Uma única, assumiu-se desde já: não ter o nome e apelido das vítimas nos cartazes da exposição – embora isso fosse revelado no texto que foi publicado na revista.

Duas semanas depois, aquela peça jornalística assumiu-se como mote para lançar vários debates – e, tornando-se campanha, foi estrada fora. Primeiro, pela iniciativa governamental Roteiros da Cidadania- Caminhos para a transformação e inovação social, executada em parceria com a Associação Animar - Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local, que apresentaria a exposição num formato mais reduzido em pelo menos nove locais distintos. Depois, à responsabilidade da Animar, que usou o projeto como material de trabalho para uma série de sessões de sensibilização desenvolvidas em vários locais do país e que contaram com a presença de dos autores do trabalho, jornalista e repórter fotográfico.

Uma lista que inclui locais tão diversos como inclui Sintra, Oliveira do Hospital, Cantanhede, Covilhã, Ferreira do Alentejo, Odemira e Aljustrel. A convite do núcleo da Amnistia Internacional de Peniche, foi apresentada na Escola Secundária local. Dali seguiria ainda para Viseu, onde seria parte integrante do festival multidisciplinar Jardins Efémeros. Estaria também patente na Fundação Montepio, no Porto, nas bibliotecas de Viana do Castelo e Guimarães, no Fórum Castelo Branco, na Câmara Municipal de Paredes e Póvoa do Varzim. Além disso, marcou igualmente presença em localidades como o Fundão e Belmonte.

O compromisso implícito com a aposta nesta reportagem permitiu ainda dar atenção e espaço ao tema em várias edições – tanto ao longo do ano em que o formato de longa duração foi feito, como no ano em que foi publicado, ouvindo associações, advogados de defesa e de acusação, testemunhos de sobreviventes e juízes. O efeito far-se-ia sentir ainda durante 2017, mas depois esmoreceu. (Quadro 3)

Ao mesmo tempo, e à boleia de um desses casos (como quem diz, as várias sessões do julgamento de Manuel Maria Carrilho) abria-se espaço para tratar a questão no site da revista com mais regularidade. Ou pelo menos, esse poderia ser um novo caminho. Mas depois viria o domínio do digital – e com isso todo um outro paradigma.

XI. Quadro 3- Destaque noticioso dado à violência doméstica desde o início da reportagem “Aqui Morreu Uma Mulher” até 2021

Data	Nº de Artigos	Espaço	Tema
2015	4	2 colunas	Música assinala 25 anos da APAV
		2 páginas	Análise à morte de Maria Zamora, atriz que as amigas garantiam ser vítima de violência
		Caixa num texto de capa	Testemunho de duas sobreviventes, numa análise sobre a violência no país
		3 páginas	24 horas numa esquadra-abrigo
2016	4	2 colunas	Perdão dado em França a mulher que matou marido após quase 50 anos de agressões
		2 páginas	Polémica no início do julgamento de Manuel Maria Carrilho, por agressões à mulher
		10 páginas	Reportagem: Aqui Morreu Uma Mulher, que retrata cada um dos 28 casos do ano anterior
		8 páginas	Quando as vítimas são os homens
2017	7	Breve	Quando a denúncia não é suficiente: em 43 % dos casos de mulheres mortas na Grande Lisboa já havia queixas na polícia
		Breve	Exposição: Aqui Morreu Uma Mulher no festival Jardins Efémeros, em Viseu
		1 página	Retrato de um “crime sem fronteiras”, uma pandemia “silenciosa”
		2 colunas	Julgamento de Carrilho prossegue
		4 páginas	Perfil do juiz Neto de Moura, que proferiu sentenças polémicas em casos de violência doméstica
		2 colunas	Dados do inquérito municipal sobre violência doméstica
2018	2	3 páginas	Entrevista a Isabel Ventura, autora de um livro sobre violência sexual
		Breve	Frase da semana é do procurador Rui do Carmo: “A indignação pública contra a violência doméstica ainda é insuficiente
2019	1	1 página	Opinião de Isabel Moreira: “É errada a percepção de que as mulheres são vítimas de crimes sexuais e violência doméstica porque a lei é má”
2020	1	6	Reportagem: “Mãe, estás viva? Só em dois meses, foram acolhidas mais de 400 vítimas de violência doméstica em casas de abrigo. Histórias de conflitos agudizados pela pandemia.”
2021	-	-	-

Created with Datawrapper

Resultados

“Se o jornalismo serve para informar e fazer pensar, para emocionar e talvez fazer mudar, este é um dos trabalhos exemplares a esse nível. Quantas vezes fomos por esse país fora? Isso deixa sempre uma semente. Informámos, com dignidade e seriedade, e fizemos pensar” (Fonseca, 2020). Efetivamente, o facto de não ter sido apenas uma reportagem, mas também uma exposição, foi o que permitiu ao trabalho *Aqui Morreu Uma Mulher* ter uma vida prolongada no tempo. A sucessão de locais em que estive, a convite das mais diversas entidades, entre 2016 e 2019, fez com que aquele retrato não fosse votado ao esquecimento após a edição seguinte. Além disso, o facto de se manter em trânsito pelo país, entre 2016 e 2019, fez também com que a redação mantivesse um olhar mais atento às questões da violência doméstica durante mais tempo: o pico de artigos publicados sobre o tema, em quase 30 anos de revista, ocorreu durante esse tempo da execução e publicação de *Aqui Morreu Uma Mulher*.

Mas apesar de se ter cumprido esse objetivo inicial de se dar visibilidade à violência doméstica, a ambição maior de provocar uma mudança mais radical, pela positiva, tanto no país como na prática jornalística, ficou a mais de meio caminho: as atuais estatísticas da violência doméstica no nosso país revelaram uma queda no ano imediatamente a seguir, mas logo recuperaram os níveis do costume. Depois das 18 mulheres mortas em 2017 (o valor mais baixo da última década e meia), em 2018, eram já 28; em 2019, ao total de 29 mulheres assassinadas no mesmo contexto, somaram-se ainda mais seis homens e uma criança. No final de 2020, o total de mortes oficiais ficava-se nos 35; 27 casos eram de mulheres. As contas da UMAR, feitas com base nas notícias publicadas ao longo do ano, revelaram um número maior: 30 mulheres mortas por violência doméstica.

As sucessivas recomendações oficiais feitas aos media, nestes últimos anos, comprovam também que não há alterações de fundo nos relatos feitos – à imagem do que sucedeu há 25 anos, quando a grande cobertura mediática do julgamento de O.J. Simpson (Maxwell et al., 2000: 3) também gerou expectativas goradas de transformação do trabalho dos media. Internamente, o tema também deixou de estar no radar. Em ano de pandemia, há registo de uma reportagem dedicada ao tema na revista. No site, houve mais abertura para tratar o tema, mas não é uma prioridade.. O impacto da digitalização no jornalismo, como veremos adiante, em muito contribuiu para se anular essa possibilidade.

A nosso favor, podemos considerar que contribuimos, nem que seja um bocadinho, para que, no final de 2019, a expressão “violência doméstica” tenha sido eleita pelos portugueses como palavra do ano, na sondagem anual realizada pela Porto Editora desde 2009, à semelhança da lançada por Oxford em 2004, e que no ano anterior elegera a emergência climática. Na eleição portuguesa, a locução que ganhou autonomia em conjunto, recebeu 27,7 por cento dos mais de 20 mil votos registados. Mais do que outras palavras bem na ordem do dia, como desinformação ou sustentabilidade.

Mas o mais surpreendente foi termos-nos deparado com um, até agora desconhecido, efeito boomerangue - ou um novo caso de mimetismo social (Cotrim, 2020). “Ainda percebemos muito mal este fenómeno. Mas, à semelhança do que sabemos sobre o suicídio, começamos a ter algum feedback sobre esse efeito contágio no caso da violência doméstica”, de acordo com aquele psicólogo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima a quem chegaram os relatos das ameaças feitas com base nos relatos da notícias. A coordenar casas-abrigo há mais de década e meia, o responsável começou a ouvir as vítimas contar como é que viam o que era noticiado. Sobretudo depois de as agressões ocorrerem. Muitas respondiam que se socorrem de um comentário confirmador: “olha só, então de que é que estava à espera?”. Explica o psicólogo que é uma forma de se defenderem da sua realidade. Como se o que à sua frente se relata não tivesse nada a ver com elas, em suma, uma forma de se retirarem de cena. Mas também havia quem relatasse que a primeira reação era do agressor, ao seu lado. “Ouviste? Ouviste o que lhe aconteceu? Vê lá se não te acontece igual ou pior”. Há ainda uma outra situação cujos efeitos podem ser avassaladores. É o que Cotrim chama de “efeito palito”. Ou seja, quando a fuga após o crime tem uma grande cobertura jornalística acaba por levar outros a pensar que podem arriscar fazer o mesmo – numa alusão ao caso de Manuel Palito, conhecido por se levantar de madrugada para perseguir a ex-mulher, entre 2009 e 2014, quando atirou a matar sobre ela. Foragido durante 34 dias, acabou condenado a 25 anos de prisão. Mas antes disso foi recebido como um herói na porta do tribunal.

Em outubro de 2017, outro caso mediático revelava bem como a legislação ia à frente do que se passava no país, depois de o juiz Joaquim Neto de Moura ter assinado um acórdão que valorizava as atenuantes do “contexto de adultério” apontado à vítima, considerando que se tratava de “um gravíssimo atentado à honra e dignidade do homem”. O acórdão faz ainda referência à existência de sociedades “em que a mulher adúltera é alvo de lapidação até à morte”, que “na Bíblia podemos ler que a mulher adúltera deve ser punida com a morte”, que o Código Penal de 1886 “punia com uma pena pouco mais do que simbólica o homem que, achando sua mulher em adultério, nesse acto a matasse”, e ainda que a sociedade portuguesa “vê com alguma compreensão a violência exercida pelo homem traído, vexado e humilhado pela mulher”.

Neste cenário, importa questionar as razões para o projeto *Aqui Morreu Uma Mulher* não ter tido mais impacto nem provocado uma transformação mais profunda e duradoura. O facto de só ter abordado os casos mais dramáticos pode ajudar a explicar, assinala-nos em entrevista Manuel Lisboa, professor do departamento de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, perito do Conselho da Europa para as questões de violência e género, e coordenador do Observatório Nacional de Violência e Género. “A questão é que se fala muito de femicídio, e até de feminicídio – acrescentando aqui a ideia de que o Estado tem de ser questionado sobre a sua responsabilidade num crime que é recorrente – mas esta é apenas a expressão mais dramática de um problema geral bem maior que, se fosse uma pirâmide, estava praticamente escondido. A morte por violência doméstica é apenas a ponta do iceberg. Só esta tem alguma visibilidade. Por mostrar, fica a desigualdade de género em todos os capítulos da

sociedade: é um problema que só é visível pelos casos que chegam à polícia e estes são muito poucos. A maioria das mulheres continua a silenciar o que passa”.

Mas não se interprete aqui que se deve deixar de noticiar, para que não se pense que deixou de existir ou que passe a ser minimizada, ou ainda pior se torne um tabu. “Tem de ser um pretexto para ir mais além e desmontar o processo da desigualdade”, avalia ainda Manuel Lisboa, considerando que, num cenário de grande competitividade, como é hoje o da nossa comunicação social, o lógico é que se procurasse a diferenciação - desde histórias de vida com outro final a cadernos temáticos, privilegiando a prevenção. E questiona-se pouco o Estado sobre a sua inação perante este tipo de crime”. Ou, como apregoa Chris Evans, o fundador da campanha White Ribbon, que procura mobilizar os homens para o problema sob o lema ‘nunca cometer, desculpar ou permanecer em silêncio sobre a violência masculina contra as mulheres’, trata-se de “uma verdadeira guerra civil no quotidiano” e esse é um retrato que está por fazer.

Daniel Cotrim, psicólogo da APAV, concorda: “os media devem procurar contar histórias que deem pistas para se ultrapassar a situação. É o que faz sentido: deixar de procurar explorar o drama das vítimas e mostrar que é possível dar a volta. Hoje sabemos que mostrar bons exemplos é muito importante porque dá esperança – e que se chamem cada vez mais os especialistas para garantir que se passa essa mensagem.”

Discussão

“Se fosse agora, o *Aqui Morreu Uma Mulher* teria provavelmente sido uma série no digital e culminaria num dossiê ou uma edição especial. Ter-lhe-íamos provavelmente acrescentado som, do ambiente e das pessoas a falar. Este trabalho mostrou também que o que está subentendido tem impacto, não é preciso procurar o choque para chegar ao leitor. E teríamos gráficos interativos, em vez de aquele mapa, que hoje seria tratado de uma forma multimedia muito mais interessante. Mas à época não tínhamos essas ferramentas (Fonseca, 2020).

Recorde-se que esta experiência singular foi lançada num momento anterior à expansão das redes sociais, que influenciaram grandes decisões a nível mundial, como o Brexit (a eleição que ditou a saída do Reino Unido da União Europeia) ou a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em 2016. Logo após a publicação da reportagem, emergia, à nossa frente, todo um ‘admirável’ mundo novo online, que nos conduziu para o tempo da pós-verdade, marcado por fake news, propagadas por algoritmos, num cenário de desinformação.

Trata-se de uma alteração que não é superficial ou trivial. A ascensão da internet e a difusão das redes sociais alteram profundamente a forma de produzir, consumir e partilhar notícias - em 2018, 90 por cento dos adultos relataram a utilização de meios online como fontes de informação, segundo o Pew Research Center, e em 67 por cento dos casos, o Facebook tornou-se a principal fonte. Além disso, estas mudanças tecnológicas também moldaram a economia do novo ecossistema mediático, além da ordem social estabelecida. No entanto, e se em boa parte as redes sociais permitem que se contacte e recolha informação de forma quase instantânea do outro lado do mundo, acedendo a fontes que até aqui dificilmente estavam disponíveis, em boa parte também contribuíram para transformar o jornalista num produtor de conteúdos, cujos níveis de leitura são acompanhados em tempo real, tornando-o algo refém daquilo que o consumidor prefere - ou que os níveis de audiência revelam.

Segundo Nikky Ushar, uma investigadora da Universidade George Washington que analisou as profundas mudanças vividas pelo setor nos últimos anos, se há algo que não deixa dúvidas é que o jornalismo unidimensional (repórter escreve história, no seu sentido mais tradicional) é manifestamente insuficiente na era digital. Alterou-se ainda, note-se, a expectativa sobre o que um profissional pode fazer num único dia, como alertou Lise Lareu, em *The impact of digital technology on media workers* - Life has completely changed: desapareceu o deadline clássico, agora é muito uma questão de arrancar seis parágrafos à página em branco mais rápido do que outra pessoa.

Portugal não escapa ao cenário descrito. Numa crónica para a *Jornalismo e Jornalistas*, a revista do Clube de Jornalistas, em edição dedicada ao 4º Congresso dos Jornalistas, que decorreu em Lisboa nesse início de 2017, a jornalista Catarina Gomes, que deixara o Público para se tornar freelancer, descrevia “as redações como inimigas da compaixão”: leitores que tentam falar com jornalistas tornaram-se um empecilho;

jornalistas que insistem em sair da redação para falar com as suas fontes também: “as redações estão transformadas em bunkers onde dificilmente se entra e de onde se sai cada vez menos”. Hoje, prossegue, “trabalha-se por turnos para alimentar a nervosa máquina de produção de conteúdos jornalísticos em que se tornaram os sites noticiosos”; fazer jornalismo, sublinha, passou a significar “estar sentado numa cadeira a receber emails e a fazer telefonemas que permitem, sem custos de deslocação nem perdas de tempo, elaborar uma peça do tipo jornalístico”. O resultado é um “empobrecimento de conteúdos”, mas não só: é ainda uma classe profissional “mais indiferente ao sofrimento que lhes é pedido que descrevam, porque não lhes é dada a oportunidade de o conhecerem mais de perto”. Esquecemos que “é preciso que nos demos a conhecer para que alguém se nos dê a conhecer”. E ainda que “é das histórias que nos envolvem que sai o melhor jornalismo, que é também o que mais cativa o leitor - aquele que faz aumentar o “engagement” junto dos leitores, esse termo tão em voga no jargão do jornalismo digital”.

Conclusões

Esta é a história de uma experiência singular que ocorreu na redação da *Visão*: ao longo de um ano, propusemo-nos a retratar o trágico padrão transversal da violência doméstica no País, mostrando que, 15 anos depois da lei que tornava o ato um crime público, continuavam a morrer dezenas de mulheres todos os anos às mãos de antigos e atuais companheiros. Ao invés da prática corrente, que demasiadas vezes oferece a perspectiva do agressor (e que, à procura de explicações para o crime, acaba por justificá-lo), este trabalho procurou centrar-se na perspectiva da vítima. Ao pôr-se do seu lado, desafiou ainda o conceito tradicional de objetividade – é o método usado que é sistemático, não é o jornalista que é neutro – apostando antes na transparência como forma mais adequada de provocar impacto no leitor. Resultou ainda do peso que a representação da violência doméstica na *Visão* foi ganhando ao longo dos anos, acompanhando um crescendo de campanhas e legislação nova sobre o tema, para as quais muito contribuíram ainda os movimentos sociais e a sua análise académica.

Considerada uma newsmagazine de referência no nosso país, a *Visão* colecionava no final de 2014, ano marcado por um número anormalmente grande de vítimas mortais, uma parcela muito reduzida de artigos sobre o que se revelou ser um padrão transversal do País. As abordagens eram parcelares ou laterais, opção sempre justificada pelo binómio novidade-situação crítica, como foi o caso das crianças das famílias em que há violência doméstica ou quando esta se revela no namoro de adolescentes. Seria a divulgação sistemática do número de mulheres mortas por violência doméstica por parte do Observatório da UMAR, associação que tem um papel preponderante no apoio às vítimas, a fazer disparar o gatilho da nossa indignação e a lançar-nos num projeto não completamente distinto de outros em que fora assumido o nosso envolvimento como do algo foro da responsabilidade social, mas muito diferente de tudo o que fora feito até então sobre o tema.

Uma reportagem de longo formato, desenvolvida ao longo de um ano, acompanhando os acontecimentos, era assim uma novidade para a redação da *Visão*, que decidiria ainda que, ao invés do muito que se fizera na imprensa até então, teria o foco nas vítimas e não nos agressores, preterindo imagens com sangue por fotografias dos locais dos crimes, de forma a revelar um problema que é transversal a todas as gerações, classes sociais e distribuição geográfica.

Mas não só, já que se concordaria ainda em fazer da questão uma causa, depois de, ao fim de nove meses de trabalho, se ter decidido avançar para um projeto maior do que aquele que seria impresso nas páginas da revista, a 3 de março de 2016. Cinco dias depois, no Dia Internacional da Mulher, a exposição *Aqui Morreu Uma Mulher* era inaugurada na Praça Luís de Camões, em Lisboa. Dali sairia para uma digressão pelo país, que só terminaria em maio de 2019, na qual se repetiram os momentos em que os seus autores foram convocados para debates com as comunidades que acolheram o trabalho - já a reportagem fora distinguida com uma menção honrosa no Prémio de Jornalismo “Direitos Humanos e Integração”, uma iniciativa

conjunta da Comissão Nacional da UNESCO e da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, em 2017.

Em simultâneo, foi possível durante algum tempo continuar a dedicar alguma da nossa atenção ao problema da violência doméstica na revista de uma forma mais regular. A grande transformação digital que já se anunciava um pouco por todo o mundo ainda deixou, num primeiro momento, imaginar que seria possível prosseguir aquele trabalho no website. Mas num cenário em que as decisões são ditadas por algoritmos e números de visualizações ao minuto, essa (boa) intenção não chegou a concretizar-se, remetendo ao esquecimento qualquer sua materialização como projeto multimédia. E, em meia dúzia de anos, o tema voltou a ficar arredado dos principais investimentos da revista, tornando *Aqui Morreu Uma Mulher* uma experiência verdadeiramente singular.

Anexos

Curriculum Vitae

Teresa Campos

Contacto: 91 451 64 14 /tcampossoares@gmail.com

Apresentação

Jornalista da revista Visão entre 2001 e 2021, tendo acompanhado durante vários anos a secção de Educação, mas também as questões de igualdade de género e direitos humanos. Entre as suas distinções, destacam-se o Prémio Cepsa de Jornalismo – 2012, que distinguiu a reportagem *Viver e Morrer na EN 125* e uma menção honrosa no Prémio Jornalismo, Direitos Humanos e Integração, em 2015, com a reportagem *Heróis e vítimas do mar*, sobre o resgate marítimo de migrantes no Mediterrâneo. A reportagem *Aqui Morreu Uma Mulher* receberia igual distinção, no ano seguinte.

Assinou vários artigos publicados na edição francesa do Courrier International, foi coautora da comunicação “Sobre Nós, Muçulmanos”, no TedX Matosinhos dedicado à diversidade, em 2017, e coautora da comunicação Narratives of Domestic Violence in Magazine Visão, na conferência Mapping the Magazine, em Julho de 2020.

1. Formação

Seminário em Literacia dos Média, promovido pelo Sindicato de Jornalistas, no Cenjor, dezembro de 2019
Workshop sobre o novo ecossistema dos media, ministrado por Rosental Alves, da Universidade do Texas, membro do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos e diretor do Knight Center for Journalism in the Americas, na FCSH-UNL, em 2017

Formação em pesquisa na Internet, pelo Google Espanha, 2015

Formação em jornalismo de dados, Impresa, 2014

Conferência internacional "O retorno do jornalismo: o grande relatório na era digital", Escola de Comunicação Social, 2013

Workshop sobre Narrativas Digitais, com Rafael Antunes, autor do projeto Blue Pencil, que aborda a questão dos censores durante a ditadura em Portugal, 2013

Formação em Jornalismo com Walter Dean, fundador do Committee of Concerned Journalists, que adaptou o curso “The Elements of Journalism in the New Information Universe” para o grupo Impresa, em 2012.

Curso intensivo “Newsplex” no Ifra Centre for Advanced News Operations, da University of South Carolina, nos E.U.A., em 2007

Estágio profissional na revista Visão, 1994

Licenciatura em Comunicação Social pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1989/1993, com estágio curricular no jornal Público (Agosto 1993 / Novembro 1993)

2. Percurso Profissional

Redatora do site da revista Visão entre 2019 e 2021

Coordenadora da secção Radar, que faz um resumo dos temas mais importantes da semana no início da revista – junho de 2017/ dezembro de 2018

Jornalista da secção de Sociedade, entre 2005 e 2017

Fundadora do site da Visão, em janeiro de 2001

Repórter Expo no jornal 24horas, entre 1998 e 2000

Colaboradora da revista ELLE, entre os anos 1996 e 2000

Colaboradora permanente da Revista Visão, entre janeiro de 1995 e dezembro de 1997

3. Outros projetos

Coordenação do site da Visão Júnior, entre 2007 e 2009

Coordenação de um canal sobre Envelhecimento Ativo, no site do Visão em 2012

Coordenação de um canal sobre cidadania, também no site do Visão em 2013

Coautora da comunicação Narratives of Domestic Violence in Magazine Visão, na conferência Mapping the Magazine, em Julho de 2020.

4. Principais trabalhos

2020

Histórias da quarentena (visao.pt)

“Vários portugueses a viver na China contam como é o dia a dia em confinamento à conta do novo coronavírus”

Série de relatos diários de quem emigrou para aquele país asiático e vive pela primeira vez fechado em casa por causa de uma crise sanitária

Covid-19: os desafios inesperados da guarda partilhada em tempos de isolamento

“Pais que não se podem aproximar e faziam a troca das crianças na escola. Mães com doenças autoimunes e um medo imenso de ficar doentes. As regras da pandemia recomendam que todas as pessoas permaneçam numa casa. As leis da residência alternada exigem exatamente o contrário”

Covid-19: o drama da violência doméstica em tempos de coronavírus

“Foi a palavra do ano de 2019, que terminou com uma contabilidade devastadora, mas nem por isso se deixaram de noticiar, regularmente, agressões, detenções e mesmo mortes. Agora, com o isolamento social, as situações de tensão podem agravar-se, alertam associações”

Desconfinamento: Adeus, índice batom. Olá, efeito...verniz? (visao.pt)

“Considerado o item de maquilhagem mais democrático de sempre, o batom vermelho passou a ser a arma da mulher contra as crises e acabou por se transformar num barómetro da economia. Mas agora, com o uso obrigatório de máscara, corre o risco de ser destronado”

Isto não é um arraial: “P’ró ano é que vão ser elas!” (visao.pt)

Sem música, enfeites ou manjericos, tudo por causa da pandemia, a noite na cidade estava deserta. E os bairros devotos ao casamenteiro de Lisboa cheios de saudades do futuro

Dar a volta à vida como se fossem numa volta ao mundo. São adolescentes, cometeram atos qualificados como crime e estão todos no mesmo barco (mesmo!)

“Aqui se conta como um bando de miúdos a cumprir medidas tutelares educativas se prepara para dar corpo e voz a “O monstro que há em mim”, um espetáculo inspirado na figura de Fernão de Magalhães que é também uma lição sobre superação e medo”

A lição esquecida de Aylan Kurdi, o menino de três anos que apareceu afogado numa praia na Turquia (visao.pt)

“Cinco anos depois, as tragédias no Mediterrâneo continuam. E não há sinais de fim à vista”

Caso bebé sem rosto: um ano depois, o Rodrigo recupera devagarinho - mas ainda não há decisão final sobre o clínico que não viu as malformações nas ecografias da criança (visao.pt)

“Primeiro suspenso e depois expulso, o médico Artur Carvalho recorreu da decisão da Ordem dos Médicos, ao mesmo tempo que anunciava que se reformava. Mas não está ainda impossibilitado de exercer”

Quando é que uma pandemia acaba? (visao.pt)

“Sabemos que a Covid-19 está a propagar-se por todo o mundo desde 11 de março de 2020. Já decretar o seu fim pode ser bem mais complicado”

Tal e qual como há cem anos? Terceira vaga pode chegar ainda antes da primavera

“A história relata que a gripe espanhola voltou a dar sinal de vida no final de janeiro, depois de duas vagas fortíssimas, entre abril e dezembro — e já há muitos especialistas a aludir ao risco de se repetir o fenómeno. A boa notícia é que, se for igual ao que se passou em 1919, será mais moderada. Mas...”

Há cem anos também houve resistência organizada contra o uso obrigatório de máscaras para enfrentar a pandemia

“O que podemos aprender com a experiência da gripe espanhola de 1918”

Os intocáveis do novo mundo (Visão História)

“Verdadeiros colossos sem rival, os gigantes da tecnologia contam-se pelos dedos de uma mão e nem a pandemia os abalou. Tudo em pouco mais de década e meia”

2019

As casas esquecidas da Linha

“São, na maioria, edifícios históricos, há anos votados a tal abandono e esquecimento que já nem notamos o seu estado de degradação - ao mesmo tempo que crescem novos condomínios e hotéis e afins ao longo daquela que já foi eleita a mais bela marginal da Europa. Viagem numa estrada junto ao mar”

A tragédia da ponte faz 18 anos: O exemplo de Entre-os-Rios (visao.pt)

“Numa noite de temporal, uma ponte centenária sobre o Douro ruiu, levando consigo a vida de 59 pessoas. Foi a maior calamidade do país, até ao fogo de Pedrógão. Que lições tirámos?”

A polémica à volta da história da primeira comunidade anarquista do País (visao.pt)

“A experiência de vida de António Gonçalves Correia, o homem que em 1917 fundou uma comunidade anarquista no Vale de Santiago, Odemira, vai ser relatada em livro por Jean Lemaître, um jornalista belga. Considerando que é uma versão cheia de dados não factuais, a bisneta do português, Ana Nicolau, contesta a edição: “A minha luta é pela verdade”. O autor da obra riposta: ‘Estou a ser alvo de difamação’”

Lembra-se de Alexandra, a menina russa? Já tem 16 anos – e quer voltar para Portugal quando fizer 18 (visao.pt)

“Como é que a poderia esquecer? Ela tinha pouco mais de um ano quando nos foi entregue e esteve connosco até aos sete. Ajudei-a sempre que pude e continuarei a fazê-lo”, garante João Pinheiro, pai de coração de Alexandra, a menina russa cuja história apaixonou Portugal – e gerou, faz agora dez anos, uma discórdia com a Rússia

Femicídio: uma epidemia europeia? (visao.pt)

“Só em França, a violência doméstica já matou mais de 100 mulheres este ano. Em Espanha, e apenas durante o verão, morreram cerca de 20. Perante isto, os protestos, primeiro em Paris e agora um pouco por todo o país vizinho, não demoraram. Em Portugal, a 21^a vítima foi registada esta semana, depois de uma mulher com menos de 50 anos ter sido degolada pelo ex-marido, na rua”

#SomosTodosGretaThunberg. A ativista mais famosa do mundo chegou a Lisboa

“Fomos Tejo adentro receber a adolescente sueca que se tornou o rosto simbólico da luta mundial contra as alterações climáticas. Ao som de um bombo e de uma gaita de foles, numa embarcação que tem bandeira azul e quer acolher uma espécie de centro cultural a bordo”

Louca não e não (Visão História)

“Esta é a história de Adelaide Coelho da Cunha, encantadora figura da sociedade lisboeta de há cem anos e herdeira do Diário de Notícias, que um dia desaparece de sua casa”

2018

"Precisamos que não desistam de nós"

“Receber um diagnóstico irreversível, seja em que idade for, não pode continuar a ser um tema tabu. Para que haja alguma esperança, enquanto há vida. Assim pede a sobrevivente Cátia Delgado, a assinalar o Dia Mundial do Cancro Metastático”

História de um adolescente de Lisboa que foi fazer uma residência artística no Panamá

“Máximo Francisco, 15 anos, aluno do Conservatório Nacional, passou duas semanas a ensaiar com os miúdos da Escuelita del Ritmo, projeto que usa a música como ferramenta para promover a inclusão e a mudança social, dirigida por um outro português, Rui Dinis, num lugar mágico chamado Portobelo. Foi aqui que, no início do século XVII, se ergueu o principal mercado de ouro, prata e escravos da América, num edifício há muito classificado Património Mundial da Humanidade. E onde hoje a cultura herdada desses primeiros africanos na região convive pacificamente com a adoração a El Naza, o Cristo Negro”

“A escola tem de conseguir produzir humanos de primeira, não pode continuar a originar robôs de segunda”

Entrevista a Andreas Schleicher, Diretor do departamento de Educação e Competências em Educação da OCDE e fundador do PISA

2017

Admirável Alqueva novo

“Década e meia depois do fecho das comportas, o nascimento de um grande lago artificial no coração do Alentejo mudou aquela paisagem para sempre, com impactos importantes na planície, sua fauna e flora. Viagem à outra face de uma barragem”

Nós, Muçulmanos

“Crianças, adolescentes, jovens adultos, mulheres e homens da comunidade islâmica portuguesa apresentam-se a mostrar que a sua religião não os faz diferentes.

*O trabalho teria uma versão impressa e uma versão vídeo e estaria na origem do convite para ir ao TEDXMatosinhos, nesse ano dedicado à diversidade

2016

Aqui Morreu Uma Mulher

“Este é o retrato, escrito e fotografado, dos casos de mulheres mortas às mãos dos seus antigos ou atuais companheiros, feito ao longo do ano que passou e em que se cumpriram 15 anos desde que a violência doméstica passou a constar na lei como crime”.

*Reportagem desenvolvida ao longo de 2015 e que posteriormente seria transformada numa exposição que correu o país até maio de 2019. Recebeu uma menção honrosa do Prémio Jornalismo, Direitos Humanos e Integração, atribuído pela UNESCO, em 2017. O seu último ato público ocorreu em Aljustrel, no Alentejo, em maio de 2019.

Nascid@s para contestar

“São ativistas em nome próprio e dos outros, exercem, com gosto, os seus direitos de cidadania - e, mesmo quando o mundo parece continuar ao contrário, não desanimam. Quem disse que os portugueses não eram feitos para isto? Histórias de quem não se conforma com o mundo tal como ele é, porque isso é viver aquém das nossas possibilidades”

#SomosTodosVegetarianos

“Cada vez mais adolescentes correm com a carne (e com o peixe, e com os ovos...) do prato. Mas, não, não é uma dieta, respondem eles, é uma atitude de consumo ético. Contra os maus-tratos aos animais e em nome de menos poluição - por um mundo melhor”

2015

24 horas numa esquadra-abrigo

“Aos 75 anos, Júlia morreu às mãos do marido, que lhe cortou o pescoço com uma faca de cozinha, depois de uma vida de agressões. Agora dá nome a um espaço da PSP criado na capital para apoiar vítimas de violência doméstica”

Na traineira da solidariedade

“Quebrar o bloqueio económico de Israel à Faixa de Gaza e assinalar a mais esquecida das catástrofes humanitárias, eis o que move a embarcação que saiu da Suécia há um mês. Viagem na Flotilha da Liberdade, entre Lisboa e a Andaluzia”

Sim, tenho cancro

“Laura Ferreira, a tratar-se de um tumor no joelho, surgiu pela primeira vez sem nada a tapar a careca numa visita oficial, ao lado de Pedro Passos Coelho, e logo se levantou um imenso falatório - como se a queda do cabelo não fosse uma das primeiras consequências de quem faz quimioterapia, como se o 'normal' fosse esconder que se tem cancro (essa «doença prolongada» que muitos nem ousam nomear). No feminino, lutar pela vida passa também pelo combate ao estigma e ao preconceito”

2014

Heróis e vítimas do mar

“Atravessam desertos e fronteiras antes de chegarem ao mar que os separa do continente europeu. À procura de outra sorte, entregam-se a quem se alimenta do tráfico humano. Desde janeiro morreram, no Mediterrâneo, pelo menos, 6.500 pessoas e foram resgatadas 160 mil. No último mês, a Marinha portuguesa

ajudou a salvar outras 500. Descida de Lampedusa até à costa da Líbia a bordo do navio-patrolha Viana do Castelo”

*A reportagem seria distinguida com uma menção honrosa no Prémio Jornalismo, Direitos Humanos e Integração, em 2015.

'Estou convencido de que estamos a fazer as coisas certas'

Entrevista ao ministro da Educação, Nuno Crato, coadjuvada por miúdos do 1º ciclo da Escola Ferreira de Castro, em Mem Martins. “Sr. Ministro, explique-nos lá como vai o ensino, porque ainda nem temos 10 anos’

E quando crescem?

“Depois dos 18 anos, é o vazio de apoios do Estado lamentam os pais dos deficientes mentais adultos. Descida ao mundo de quem vive atormentado com o dia em que não poderá mais ajudar os filhos

2013

Filhos da violência

“Todas as crianças têm direito a crescer com amor, sob o cuidado dos pais.

Mas nem sempre é assim. Em 42% dos casos de agressões entre casais, há miúdos no meio, a assistir na primeira fila, e a sofrer em silêncio. Eis a história de quem é, sempre, o elo mais fraco”

No rasto do brinde que mudou o mundo

“A versão oficial da criação da Amnistia Internacional, a 26 de maio de 1961, diz que um advogado inglês se inspirou na notícia da prisão de dois estudantes portugueses por terem brindado à liberdade. Mito ou realidade?”

*Artigo traduzido para a edição francesa do Courrier International

Sozinhos em casa

“O número de crianças entregues a si próprias aumenta nas fases em que as famílias se encontram mais fragilizadas. Como muitos casos são denunciados pelas escolas, o risco torna-se maior com o final do ano letivo. Viagem ao mundo dos meninos que vivem por sua conta”

No país que quer ensinar inglês ao mundo

“Se há lugar onde se valoriza saber-se outro idioma é o Canadá. Nação bilingue, e com um sistema de educação exemplar, criou legislação e programas específicos para atrair estudantes internacionais”

Palmas para a Nova

Estar entre as melhores escolas de gestão do mundo não é para todas: o reconhecimento da faculdade pública lisboeta pelos seus pares chegou agora, na 6.ª convenção do ranking da Eduniversal, na Índia

2012

E a liberdade ali...

“O contador de histórias Filipe Lopes foi mostrar um outro mundo a 30 reclusos da Penitenciária de Lisboa. Porque A Poesia Não Tem Grades”

A ONU do Forte da Casa

“O mundo está-lhes no sangue: há miúdos de África, da Ásia, das Américas. Ao abrigo de parcerias europeias, foram à Grécia e à Turquia mostrar o seu trabalho. Retrato de uma escola multicultural”

Gente feliz sem idade

“Agem como se nunca envelhecessem, recusando a ideia de que a passagem dos anos imponha, por si só, limites, regras e convenções. Já ninguém é demasiado velho para fazer um desporto radical, subir ao palco ou tirar um curso. Bem-vindo ao mundo dos ageless”

“Não acabei a escola”

“Esta é a era do conhecimento, mas a escola não seduz uma camada dos mais novos. O País regista uma das maiores taxas europeias de jovens que não concluíram o 12.º ano. Sobretudo rapazes. Retrato de uma geração marcada pela baixa escolaridade

*Reportagem realizada no âmbito de uma parceria entre a Visão e a SIC, com versão em papel e para televisão e mostrava a experiência da Escola da Segunda Oportunidade, em Matosinhos, que promove cursos profissionalizantes destinados a jovens adultos que não terminaram a escolaridade obrigatória

2011

Viver e morrer na EN125

Atravessando todo o Algarve, a estrada que liga Vila do Bispo a Vila Real de Santo António é feita de contrastes: zonas onde a paisagem é de cortar a respiração, outras de construções a roçar o mau gosto. Junto da berma, cruzam-se vendedores de laranjas e ciclistas, carroças de ciganos e prostitutas. E há povoações inteiras com medo de pôr o pé na rua. Relato de uma viagem na Estrada da Morte”

*Reportagem feita durante a iniciativa Caravana Visão, que permitiu retratar numa questão premente numa determinada região do país, e que durou mais de três meses. Seria contemplada com o Prémio Cepsa de Jornalismo, em 2012.

‘Os Incríveis’ na Lapónia

“Dez meninos com doenças crónicas foram enviados numa missão especial ao Ártico. Quando descobriram o Pai Natal, pediram-lhe brinquedos e, sobretudo, saúde”

2010

Olga, a batalhadora

“Um dia, elegeram-na rainha; no outro, tornou-se na primeira da sua etnia a tirar a carta de condução. Eis Olga Mariano quando se cumprem dez anos da sua Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas”

*publicado na edição francesa do Courrier International

Do namoro à brutalidade

“Desfaça-se o tabu do «bem-me-quer, mal-me-quer»: os relacionamentos degeneram em violência cada vez mais cedo, com jovens raparigas a perderem a vida. Só em 2009, sete mulheres, com menos de 22 anos, foram assassinadas pelos seus ex-companheiros. E um estudo mostra que uma em cada quatro universitárias admite ter sofrido comportamentos abusivos. Reportagem sobre uma realidade escondida”

2009

Partir muros

“Turmas só com alunos ciganos nem sempre são polémicas é o que acontece quando se procura a integração”

*Reflexão sobre a inclusão da população cigana nas escolas portuguesas, em 2010, a partir da experiência particular de uma escola em Alverca, que conseguia com sucesso partir os muros que separam aquela comunidade da escola. Menção Honrosa no Prémio Jornalismo pela Diversidade, atribuída pelo Alto Comissário da Inclusão e Diversidade Cultural, em 2010

2008

Somos como um rio

“A cidade espanhola de Saragoça convida-nos para a maior festa mundial da água. Portugal vai trajado a rigor”

Reportagem em Espanha, na Expo Zaragoza

2007

Como vencer nos exames

“A Visão foi à procura dos ingredientes do sucesso. Consultou alunos brilhantes, do secundário ao superior, e especialistas. Aqui ficam conselhos vitais”

*Publicado a quatro mãos, em parceria com a coautora do dossiê da revista, a jornalista e psicóloga Clara Soares, o artigo que retratava o momento particular que vivem muitos alunos, antes do final do ano letivo, suscitou um convite da Sebenta, editora do então grupo Oficina do Livro, para escrevermos um livro, que seria editado em maio de 2008.

A lição dos bons professores

“Em Coimbra, Isabel inventa jogos para conquistar os meninos para a Matemática. Em Avelar, outra Isabel organiza encontros com turmas estrangeiras: assim, os seus alunos treinam o Inglês e conhecem outras culturas. No Alentejo, Paula é o pilar para muitos voltarem à escola. Paixão, empenhamento e dedicação - Histórias de professores que não se deixam desanimar e que são referências, nas suas comunidades”

Mar de oportunidades

“Seres vivos com potencialidades biomédicas, minerais, petróleo... Há cada vez mais gente a procurar riquezas no fundo do oceano, perto de nós e muita esperança de estender o País para lá do que se vê”

*Reportagem a bordo do Commander Jack, navio de investigação científica, ao serviço da Estrutura de Missão da Extensão da Plataforma Continental, que preparava então o dossiê a entregar às Nações Unidas para reclamar para Portugal uma maior extensão do subsolo marinho para lá das 200 milhas náuticas, justificada pela continuidade (geológica, biológica) entre a costa portuguesa e o solo oceânico

2006

A idade Maior

“Os primeiros meninos a nascerem com o vírus VIH estão a tornar-se adultos. Histórias de quem vive a fingir o destino”

1996

As ilhas do tesouro

Grande reportagem nas ilhas selvagens, a propósito de constantes voos rasantes de caças espanhóis a proteger os barcos de pescadores espanhóis que se aventuram naquelas águas, um éden de peixe. Mas também reserva protegida, e aquela que Jacques Cousteau considerou das mais límpidas do planeta

1995

“Para além do bem e do mal”

“Se as emoções faltam, a lógica mostra-se ineficaz e o ser humano é quase incapaz de decidir”

Entrevista a António Damásio, a primeira do neurocientista dada à Visão, a propósito do lançamento do livro

O Erro de Descartes

Projeto: *Aqui Morreu Uma Mulher*

Linha direta



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

António Costa inaugura exposição de fotorreportagem da VISÃO

"As fotos e legendas dizem tudo. O crime está no meio de nós. Estas são pessoas como nós. Por isso é particularmente importante este gesto da VISÃO de dar a conhecer estes casos. Depende de cada um nós evitá-los. Não é possível, não é mais tolerável suportar este género de crimes", sublinhou o primeiro-ministro António Costa na inauguração da exposição *Aqui Morreu Uma Mulher*, inaugurada no passado dia 8 de março no Largo de Camões, em Lisboa.

Mais do que um trabalho jornalístico, foi a causa da luta contra a violência doméstica que motivou a VISÃO a fotografar todos os locais dos crimes ocorridos durante o ano de 2015. O resultado são 28 fotos e respetivos relatos, duros e tristes, assinados por Teresa Campos e José Carlos Carvalho. Decidimos trazê-los para um local público, com o apoio da Presidência do Conselho de Ministros e da Câmara Municipal de Lisboa, para que nunca mais alguém olhe para o lado.

Fernando Medina, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sublinhou que esta tem de ser uma causa de todos. "Entre marido e mulher tem mesmo que se meter o Estado", afirmou. A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, sublinhou que vários destes casos já tinham sido denunciados às autoridades, que não foram capazes de os evitar. "Não cruzaremos os braços e tudo faremos para que novas vítimas não apareçam", prometeu, anunciando a implementação de uma equipa interdisciplinar para avaliação periódica dos casos de homicídio.

Na cerimónia estiveram ainda presentes, entre outros, a secretária de Estado para a Igualdade e a Cidadania, Catarina Marcelino, com um vasto currículo na luta contra a violência doméstica, e o ministro-adjunto, Eduardo Cabrita, que sublinhou que gostava de ver a exposição noutras zonas do País.

A exposição vai estar patente até dia 22 de março, venha homenagear estas mulheres.

Correio do leitor



Uma família do Estado Novo e, por isso mesmo discriminada após o 25 de Abril. Apesar disso, os descendentes de Baltazar Rebelo de Sousa conseguiram impor-se no Portugal democrático, pelo seu valor e conduta. Tive o grato prazer de, muitas vezes, conversar com o Prof. Marcelo no Paredão do Estoril o que não tem nada de excepcional, pois todo o Mundo sabe que ele fala e conhece quase toda a gente.

Francisco Barros, Monte Estoril.

O PROMETIDO REGRESSO DOS JOVENS

Durante a campanha eleitoral o PS proclamou aos quatro ventos a necessidade de promover e apoiar o regresso de jovens qualificados que saíram de Portugal durante a crise. Chegado ao poder, António Costa esqueceu rapidamente esta promessa, que é uma necessidade vital para a qualificação do País e para promover o desenvolvimento. Mais uma tristeza a juntar à mentira do fim da austeridade.

Álvaro Torres, Lisboa

SEDE DE PROTAGONISMO

Só uma sede e ambição exagerada por protagonismo, e de preferência com ampla cobertura mediática, pode ter levado o BE a lançar os grandes cartazes sobre a adoção de crianças por casais do mesmo sexo; e a bastonária da Ordem dos Enfermeiros a insinuar que já se pratica a eutanásia. A procura do palco e dos holofotes, também pode retirar aptidão para discernir entre o certo e o errado.

Ernesto Silva, V.N.Gaia

Contactos

CORREIO: Rua Calvet de Magalhães, 242 - Laveiras, 2770-022 Paço de Arcos

correiodoleitor@visao.impresa.pt

As cartas devem ter um máximo de 80 palavras e conter nome, morada e telefone. A revista reserva-se o direito de selecionar os trechos que considerar mais importantes.



25 de dezembro

FILOMENA TEIXEIRA

42 ANOS ARMAMAR

Era noite de Natal mas isso não impediu que, no lugar de Santa Cruz, um homem, 40 anos, tenha alegadamente disparado sobre a mulher, suicidando-se em seguida. A povoação só ouviu o pedido de ajuda da filha mais nova: "Acudam, que o meu pai matou a minha mãe." Como a irmã mais velha, Lílíana, trabalha em Lisboa, Sofia escolheu ficar na casa de uns tios. Não são conhecidos os motivos da desavença, o caso está na PJ de Vila Real.

AQUI MORREU UMA MULHER

PASSOU DÉCADA E MEIA DESDE QUE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SE TORNOU UM CRIME PÚBLICO, MAS CONTINUAM A MORRER DEZENAS DE MULHERES ÀS MÃOS DOS SEUS COMPANHEIROS. DURANTE UM ANO, A VISÃO PERCORREU OS LOCAIS DOS CRIMES PARA CONTAR A HISTÓRIA DAS 28 VIDAS CEIFADAS. UMA FOTORREPORTAGEM QUE VAI ESTAR EM EXPOSIÇÃO NO LARGO DE CAMÕES. PARA QUE NUNCA MAIS ALGUÉM OLHE PARA O LADO

 TERESA CAMPOS  JOSÉ CARLOS CARVALHO

ABRIU-SE UM TEMPO para balanço depois de um verdadeiro *annus horribilis* – leia-se 365 dias pautados pela morte de 42 mulheres, às mãos dos seus antigos e atuais companheiros.

Estávamos às portas de 2015, ano em que se assinalava década e meia desde que este femicídio, palavra nova para designar o homicídio feminino em contexto conjugal, passara a constar na lei como crime público. Mas nem por isso os números baixaram, como se a legislação andasse um passo à frente da sociedade: durante este tempo, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou mais de 90 mil denúncias por violência doméstica, a esmagadora maioria de mulheres agredidas pelos maridos. As contas da União de Mulheres – Alternativa e Resposta (UMAR), feitas entre 2004 e 2014, apontaram ainda perto de 400 mulheres mortas, deixando 700 crianças órfãs de mãe.

“Entre marido e mulher não se mete a colher”, ainda ouvimos aqui e ali, comunidades inteiras a serem complacentes com este ódio de perdição, mesmo sabendo que é um crime público, e que qualquer um o pode denunciar. Neste ano passado a percorrer o País, à procura do local exato onde as mortes ocorreram, descobrimos uma violência feita da calma aparente, que vive da fachada, transversal a todas as gerações, a todas as classes sociais.

O primeiro caso ocorreu a 19 de janeiro, o último a 28 de dezembro. A vítima mais velha tinha 84 anos, a mais nova apenas 23. No final, a UMAR contabilizou 28 mortes. E as últimas são reveladoras do muito que ainda há a fazer: uma mulher não escapou à fúria do agressor na própria noite de Natal, outra foi atingida com uma granada, depois de um par de tiros à queima roupa. Em muitos destes cenários de crime havia menores presentes. Um terço das vítimas já tinha apresentado queixa na polícia.

Passou um ano desde esse momento inicial – mas ainda 2016 ia no adro já a contabilidade recomeçava: em Baião, um homem degolou a mulher e depois atirou-se ao mar. No funeral que se seguiu, Catarina Marcelino, secretária de Estado da Igualdade, fez sua a nossa voz: “É inaceitável que continuem a morrer mulheres às mãos dos homens.” Dois dias depois, uma professora do Porto Santo, 50 anos, era degolada pelo namorado, de quem já tinha feito queixa por violência. Mais onze dias e o número aumentava: foi quando Anabela, 57 anos, se cruzou com o ex-marido, numa rua do Barreiro. Ainda gritou por socorro mas acabou abatida com um tiro na cabeça.

Esta é uma história escrita a sangue, que acaba sempre com a mesma pergunta, a mesma indignação. Até quando?



19 de janeiro

JUDITE FERNANDES

84 ANOS SINTRA

A princípio, parecia uma versão moderna de Romeu e Julieta, um par inseparável, na vida e na morte. No dia em que os corpos foram descobertos, num anexo da casa, dizia-se pela vizinhança que Mário Fernandes, 77 anos, se teria suicidado após ter encontrado a mulher, doente de Alzheimer, sem pulso. A tese foi depois desmontada: a análise feita ao corpo revelaria que ela morreu estrangulada.



22 de janeiro

MARIA CREMILDA PINHEIRO

52 ANOS SETÚBAL

Um telefonema da advogada da mulher, a questioná-lo sobre a divisão dos bens depois do divórcio, foi o rastilho para enfurecer João Pinheiro, 52 anos. Maria Cremilda ainda procurou refúgio na esquadra após a discussão, e as autoridades até a levaram a casa. O homem, bancário, esperava-a, aparentemente calmo – e a polícia considerou que a situação era de baixo risco. Meia hora depois, ela morria esfaqueada. Ele ficou em prisão preventiva.



24 de janeiro

ISABEL FIGUEIREDO

60 ANOS LAMEGO

Isabel já estava separada quando apresentou queixa contra o ex-marido, Rui Canelas, de 61. O empresário ainda lhe pediu desculpa mas não se conformava e as ameaças subiam de tom. "Mato-te se não voltares para casa", dizia-lhe. Isabel regressou à PSP mas já não foi a tempo: quando saiu de casa para passear com uma amiga, o homem parou o jipe junto das duas, e atingiu-a com três tiros na cabeça. Com a mesma arma, matou-se de seguida.



29 de janeiro

MARIA LEONOR SOUSA

67 ANOS AMARANTE

A história repete-se no lugar de Pidre: Foi pelas 3h45 que a GNR recebeu o telefonema de um homem, 69 anos, a comunicar que tinha matado a mulher e que iria suicidar-se. O militar alertou logo a patrulha, enquanto tentava demover o homem. A mulher havia de ser encontrada sem vida, ferida na cabeça e no pescoço – e o homem enforcado. Soube-se depois que tinha um cancro terminal e recusou o tratamento.



2 de março

MARIA ALICE CORGAS

76 ANOS SEVER DO VOUGA

O toque do telefone a romper a madrugada fazia adivinhar a tragédia. Armando Corgas, de 80 anos, ligou ao filho António para lhe contar: "Matei a tua mãe, desculpa", disse. António ainda correu para casa dos pais, mas era tarde demais: Maria Alice estava morta e estendida na cama, e Armando caído numa cadeira, na mesma divisão, ambos atingidos com a mesma caçadeira. "Mas não foi violência doméstica", recusa a neta, Patrícia, que continua a zelar pela casa.





25 de fevereiro

CONCEIÇÃO TAVARES

40 ANOS SEIXAL

Conceição tinha um encontro marcado naquela manhã, num terreno baldio junto à estação de comboios de Foros da Amora, no Seixal. O homem, um pedreiro de 45 anos, e a vítima, eram os dois casados e mantinham uma relação extraconjugal. Suspeitando que a mulher teria um terceiro homem, o pedreiro estava decidido a vingar-se: Conceição saía normalmente de casa às seis da manhã.

O amante, que também fazia o mesmo percurso, propôs-lhe um encontro.

A discussão ditou a cena violenta, com ele a espancá-la violenta e repetidamente. Depois, cobriu o cadáver com vegetação, guardou o telemóvel dela e foi trabalhar.



3 de março

VÂNIA BRAZ

29 ANOS SEIXAL

André Mestre, 34 anos, gerente de uma loja da família, matou a mulher, Vânia, com uma dezena de facadas, na localidade de Santa Marta do Pinhal. Ao lado da mãe, ficava o filho do casal, de 4 anos, a chorar, enquanto o pai arrancava até à Ponte 25 de Abril, onde parou o carro para se atirar ao rio.

Os vizinhos confirmavam depois às autoridades que ouviram gritos – dele a espancar a mulher com socos e pontapés, de um cão a ladrar e de um menino a chorar, enquanto a mulher gritava: "Amor, olha o miúdo, em frente dele não!"

Por ordem do tribunal, dado haver um processo a decorrer, o corpo acabou por não ser cremado, como queria a família, mas sepultado no cemitério Vale Flores, em Almada.

10 de março

**MARIA CÂNDIDA
RODRIGUES**

62 ANOS FARO

Maria Cândida nem hesitou ao acolher a filha, Patrícia, e duas netas gémeas, em casa, mas não conseguiu afastar o agressor – e pagou-o com a vida. Miguel Serrano, 29 anos, iludiu a família ao entrar no prédio, e depois esperou que a porta de casa se abrisse. Maria Cândida ainda tentou barrar-lhe a entrada mas o homem disparou de imediato. Os três tiros atravessaram a madeira da porta e atingiram-na na nuca e nas costas. Morreu na hora. Atingida num braço, Patrícia escondeu-se no quarto, enquanto outro irmão, que também estava em casa, se assomava à janela a pedir socorro. Vestido de camuflado, o homem pôs-se em fuga num Audi A3, que abandonou no Alentejo. Entregou-se às autoridades, 12 horas depois, em Castelo Branco.



15 de abril

JOANA NOGUEIRA

23 ANOS ALIJÓ

Os tiros eram para Marta, 21 anos, mas acabaram por atingir também a prima, Joana. Estavam as duas a começar mais um dia de trabalho na Pastelaria Princesa do Douro, perto da estação ferroviária do Pinhão, Alijó, quando foram surpreendidas pelo antigo namorado da primeira, Manuel Monteiro, 38 anos. Armado, e consumido pelo ciúme, disparou várias vezes na direção da ex-namorada. Acabou por atingir Joana, a prima, que morreu na hora. Marta seguiu para o hospital, onde esteve algum tempo em risco de vida, e só saiu meses depois. O agressor andou fugido 40 quilómetros, até se entregar à polícia, em Vila Real. "A princípio, pensei que fosse uma explosão na zona do fabrico dos bolos", desabafa um vizinho. "Alguma vez se imaginava isto?"





8 de março

MARIA LUÍSA LOURO

78 ANOS COIMBRA

O cenário é a antiga residencial Parque, com vista para o Mondego, no centro de Coimbra. António Júlio Louro e a mulher, Maria Luísa, ambos de 78 anos, morreram com tiros de caçadeira, ela primeiro, ele depois. Quem os encontra é o neto, estudante universitário que fora viver com eles nos últimos anos. "Não sei o que lhe passou pela cabeça", confessa o rapaz, à porta do prédio, há tempos transformado em habitação própria. António Louro era tido como alguém instável e teria sido isso que o levava a tal ato. O jovem abana a cabeça, que não, que aquilo não era violência doméstica, que nunca assistira a nenhuma discussão ou mal-estar entre os dois.



28 de abril

SÍLVIA LIMA • FÁTIMA LIMA

42 E 66 ANOS PÓVOA DE VARZIM

"O café do massacre? Fica ao pé da junta." Estamos na freguesia de Estela, onde quatro pessoas foram assassinadas a tiro. Inconformado com o divórcio, e com a divisão de bens, Paulo Silva, 44 anos, alegadamente atirou a matar sobre a ex-mulher, Sílvia Lima, o enteado Renato, 23, e os ex-sogros, Fátima e Domingos Lima, 66 e 65 anos. Regressados de França há 15 anos, estes nem imaginavam que a filha se tinha envolvido com o filho de Abílio da Silva – o mesmo que, na véspera do Natal de 1980, esquartejara a mulher e enterrara os pedaços num terreno perto de casa. Ficou conhecido como o Monstro do Cacém, nos arredores de Lisboa, onde então morava. O filho Paulo tinha então 10 anos, nunca mais teve contacto com o pai e chegou a dizer que, por aquilo que viu, seria incapaz de ser violento.



17 de Abril

DEOLINDA BELTRÃO

66 ANOS MATOSINHOS

Deolinda morreu em casa, numa vila com o seu nome, um conjunto de casas antigas, no centro de Matosinhos. Já a morte do marido, António Beltrão, 72 anos, só foi declarada horas mais tarde, no Hospital de São João, no Porto. O funeral do casal – deixa três filhos, todos maiores – acabou por ser realizado em conjunto, dias depois. Para os vizinhos, não há dúvida: "Foi um ato de compaixão: ele andava sempre com ela de carro e ia levá-la ao hospital quando era preciso." Deolinda tinha um tumor cerebral, estava acamada e dependente do marido desde que fora operada, no ano passado. O homem deixou mesmo uma carta à família a explicar-se: não conseguia viver sem ela. A casa já tem novos inquilinos.



14 de maio

ISABEL DE JESUS

51 ANOS ARCOS DE VALDEVEZ

Depois de anos de agressões, segundo a família de Isabel, a mulher morreu com uma faca espetada no peito, na casa que dividia com o marido, no lugar de Reboreda, Rio de Moinhos, em Arcos de Valdevez. Apesar dos indícios apontarem para ele, Paulo, o marido, alegou sempre estar inocente (o caso ainda teve julgamento). Ao pai da vítima, acrescentou: "Ela matou-se." O irmão de Isabel não tem dúvidas: "A minha irmã teve foi uma vida de pancada." No quintal há roupa estendida, mas de casa ninguém responde. "Há muitos dias que não o vejo, nem quero", atira a vizinha de umas ruas acima, a lembrar as muitas histórias de álcool a mais e educação a menos entre os dois. "Ele passava a vida a pô-la na rua e a dizer-lhe para ir para casa da mãe. Ela não ia..."



22 de junho

MARIA BEATRIZ COSTA

58 ANOS LISBOA

Ele era um sargento da Marinha reformado, 60 anos, ela uma técnica administrativa na Capitania do Porto de Cascais. Seguíam os dois no carro que um grupo de jovens assegurou à polícia ter visto cair ao rio, junto ao terminal de contentores de Santa Apolónia, Lisboa. O som de três tiros e os gritos desesperados de uma mulher alertaram o grupo, que se divertia no terraço da discoteca Lux, ali ao lado. Eram de Maria Beatriz, mãos e pés amarrados no banco de trás do Opel Corsa do namorado, António Almeida. Em segundos, o carro entrou pelo Tejo adentro, com o militar ao volante. De manhã, os mergulhadores retiraram primeiro o corpo do homem e içaram o carro. Só depois encontraram o cadáver da mulher, que estava no banco de trás.

23 de julho

MARINHA GONÇALVES

45 ANOS ERMESINDE

A única varanda com vasos, naquela rua, pertence à casa da irmã de António Reis, que se mudara para ali quando se separou. Agora está vazia. "Ela só pensa em alugá-lo, não consegue viver descansada", conta uma vizinha. Marinha já tinha apresentado várias queixas e chegou a contactar um advogado. De nada serviu: António insistia em ir passear sozinho com o filho, Renato, de 5 anos, mas o miúdo não queria ir. Foi então que o homem sacou da arma e disparou. A mãe ainda correu em auxílio do filho, mas acabariam ambos por morrer, no hospital. António ainda andou fugido umas horas, mas foi apanhado pouco depois. Quando soube que o filho morrerá, suicidou-se.



29 de julho

ANA ALVES

51 ANOS MAFRA

"Ela veio aqui buscar os seus pertences e já se tinha mudado para Sintra, desde a separação. Mas ele nunca se conformou. E foi isto", resume a vizinha da frente da casa de José Afonso, pedreiro de 48 anos, que não aceitava que a ex-namorada, Ana Alves, empregada de escritório, tivesse resolvido ir à vida dela. A pequena vivenda cor-de-rosa, na localidade de Rólia, permanecia fechada no final do verão – mais ou menos desde a noite em que ocorrera o homicídio, seguido de suicídio. Eram ambos divorciados e tinham também filhos, mas todos já adultos. "Vêm aqui só dar comida ao cão", remata a mulher.



2 MARÇO 2018 **visão** 61



6 de agosto

ANABELA PEREIRA

38 ANOS CHARNECA DA CAPARICA

Uma vivenda cor-de-rosa, uma cadeira de baloiço na varanda, uma andorinha a enfeitar a porta. A casa mantém as janelas abertas e um sinal de Stop colado à entrada. "Quando eles as matam, fecham o ciclo", atira a adivinhar o vizinho da frente. Anabela, mulher que sofrera uma amputação de uma perna há uns anos, fruto de um erro médico, já tinha apresentado queixa por violência doméstica. Ainda anuiu a retirá-la, mas como mantinha a decisão de se separar, a tragédia não demorou: Augusto Borges, 38 anos, tinha ido só buscar as suas coisas quando acabou por a asfixiar com um lençol. A seguir, ligou para o posto da GNR a entregar-se. O casal tinha dois filhos, de 11 e 20 anos.



27 de setembro

MARIA JOSÉ MAGALHÃES

58 ANOS PAÇOS DE FERREIRA

"Tenho lá uma moto velha com gasolina. Qualquer dia pego-lhe fogo e mato a minha mulher." Bernardino Magalhães, um marceneiro de 60 anos, dizia isto amiúde no café de Penamaior, uma freguesia com perto de 4 mil habitantes. Quem o ouvia, logo lhe dizia: "És tolo, a seguir vais preso." Maria José até já tinha pedido o divórcio, mas ele recusava-se a assinar os papéis. Uma semana antes de ser morta, Maria José fez queixa na GNR mas foi avaliada como vítima de baixo risco. Naquele domingo, alertados pelo fogo, os vizinhos ainda arrancaram as grades de uma janela da casa mas já não chegaram a tempo. A mulher foi encontrada com uma meia de vidro na boca e amarrada. Bernardino apareceu no dia seguinte a deambular no centro da Trofa. Ficou detido a aguardar julgamento.



20 de agosto

AIDÊ SANTOS COSTA

41 ANOS ANADIA

O espelho da porta do prédio, numa rua central de Sangalhos, não deixa adivinhar o drama que se viveu ali, bem de manhãzinha. Foi quando um homem se dirigiu ao apartamento onde a ex-companheira morava com o namorado. No meio da discussão, no hall do prédio, desferiu uma facada, que a deixou estendida no chão. Depois, entrou dentro da casa e deu mais três facadas nas costas do outro homem, 43 anos. Alertados pelos gritos, os vizinhos já só encontraram a mulher estendida na entrada e pegadas cheias de sangue até à saída do prédio. O autor confesso do crime, de 48 anos, entregou-se horas depois na PSP de Oliveira do Bairro, onde vivia. A mulher estava grávida.



18 de setembro

MARIA JOSÉ CORDEIRO

52 ANOS BOMBARRAL

"A Zé era-nos muito querida." Lígia, diretora do Lar Nossa Senhora de Fátima, na aldeia de Delgada, ainda está inconformada com a morte da empregada. "Tinha uma vida difícil, mas andava sempre bem-dispota." Há dois anos que arranjara aquele namorado, mas naquele verão voltaram zangados depois das férias. "Ele queixava-se que a miúda se metia no meio deles." A outra versão é que a miúda o viu empurrar a mãe e queixou-se a um tio, que levou a mulher a fazer queixa. No dia seguinte, o homem esperou que o turno da mulher acabasse e esfaqueou-a até à morte. Depois, meteu o corpo na bagageira do carro e entregou-se à PSP das Caldas da Rainha. Já tinha estado preso por violência doméstica; tentara matar outra mulher com um fio de pesca.



12 de outubro

GRACINDA CARIA 67 ANOS SABUGAL

Uma aldeia quase colada a Espanha, uma casa com pintura nova, um cadeado a fechar o correio. A vivenda tem ainda um canteiro pequeno cheio de salsa e um estendal vazio. "Não vale a pena remexer o assunto, custou-nos muito", conta uma familiar. Gracinda vivia em França com Manuel Pina, há 20 anos. Quando ela lhe disse que queria voltar para a sua aldeia, as desavenças fizeram-se sentir. E no fim do verão, como ela não foi ao seu encontro, veio Manuel à sua procura. Acabou por alvejá-la na cabeça e ainda regressou a França mas, quatro dias depois, disparou contra si. A caminho do hospital, confessou o crime. Não resistiu aos ferimentos.



4 de novembro

LAURA RIBEIRO
56 ANOS VALONGO


A casa ainda em cimento, numa rua de Baelsethas, revela que ali se pensava num recomeço. Mas separada, há dois meses, de José Ferreira, 42 anos, Laura nunca mais teve sossego. No café, e depois de a ter visto com outro homem, o próprio anunciou: "Matei a Laura com um barrote." Como mentia muito, ninguém acreditou. Mas um dos três filhos que a mulher tinha de um casamento anterior estranhou não ter notícias da mãe e deu o alerta. Detido pela Polícia Judiciária do Porto, o ex-marido da vítima admitiu que os ciúmes foram mais fortes.



28 de dezembro

MARIA DA LUZ MENDONÇA
45 ANOS SACA VÉM

Perto das dez da manhã ouviu-se uma explosão junto do parque da Rodoviária. Era ali que Maria da Luz trabalhava nas limpezas. Separado dela há uns meses, António Machado, 60 anos, não se conformava. A mulher bem que se tinha queixado: "Qualquer dia sou eu a fazer notícia de primeira página." No café em frente conta-se ainda que uma vez um motorista chegou a parar o autocarro para a socorrer, na rua. "O melhor teria sido ela mudar de vida, em vez de se esconder", aventam. Maria da Luz continuava a pagar a casa em que ele vivia e de onde se recusava a sair. Até ao dia em que a esperou à saída do turno, disparando vários tiros e lançando-lhe ainda uma granada. Ele suicidou-se em seguida, ela deixa duas filhas, uma menor de idade.

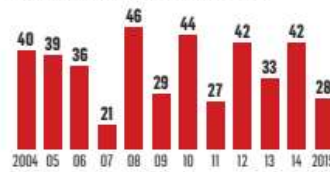


Exposição chega ao Largo de Camões no Dia da Mulher

A fotorreportagem da VISÃO, numa versão mais completa, vai estar em exposição no Largo de Camões, a partir de dia 8 de março. Esta mostra é uma iniciativa conjunta da VISÃO, da Presidência do Conselho de Ministros e da Câmara Municipal de Lisboa (que promove o programa Somos). A inauguração, pelas 14h30, contará com a presença da secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino. Venha homenagear estas mulheres. Para que nunca mais alguém olhe para o lado.

Até que a morte os separou

NÚMERO DE MULHERES MORTAS EM RESULTADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, ENTRE 2004 E 2015



Em 2015 morreram **28** mulheres, de norte a sul do País, de todas as idades



A maioria foi morta a tiro...



7

já tinham apresentado queixa na polícia



... pelo marido



Mas muitos dos assassinos não vão cumprir pena pelo ato



15

suicidaram-se a seguir

* um dos crimes ainda está a ser investigado

Uma estava grávida. Seis menores ficaram órfãos de mãe



INFORMAÇÃO VISÃO

Entrevistas/Depoimentos

Reflexão de alguns intervenientes e de especialistas atentos ao projeto, feita ao longo de 2020, procurando um olhar distanciado sobre o que se passou em 2015/2016

José Carlos Carvalho – Repórter fotográfico da Visão

“Como fotografar o silêncio? Como fotografar o invisível ou o velado? Desde que há fotografia – melhor seria dizer, desde que há imagem – que o problema se põe, seja porque o que está em causa são conceitos e não realidades tangíveis, seja porque essas realidades se furtam absolutamente ao olhar da câmara. A violência doméstica é um destes casos. É um crime público, mas resiste à sanção social e à lei. Claro que o fotógrafo pode captar os efeitos visíveis dessa violência, procurando revelar olhos negros, caras inchadas, membros fracturados e o choque do observador é garantido. Mas nada retemos dessa evidência. Assim, a questão não era fazer prova, antes partilhar o invisível, que é aquilo que está ao nosso lado e tantas vezes não vemos.

Patrícia Fonseca – Jornalista, editora à época da secção da sociedade na Visão, e coorientadora da reportagem

“A discussão sobre o que fazer em relação ao tema da violência doméstica surgiu depois de dois ou três anos seguidos a dar os números das mulheres assassinadas, e de, de vez em quando, fazermos uma história mais dramática. Havia alguma dúvida sobre como lidar com um tema destes além dos números - porque não são uma abstracção, são mulheres. A ideia original, da Cláudia Lobo, então diretora adjunta da Visão, era contar as histórias todas. Optámos pela metodologia da UMAR, que contabilizava os casos conforme as notícias publicadas. Depois foi em resposta à dúvida “Então mas se vamos lá só depois, o que temos para contar? Só o sítio...” que surgiu a ideia de mostrar o lugar onde morrera aquela mulher. Ao nos transportar para a ação podemos então dizer que ali morreu uma mulher. Seguiu-se o desafio de encontrar um repórter fotográfico que também pensasse sobre o assunto e encontrasse o seu fio condutor e tivesse um olhar coerente . Era preciso convencer o editor que queríamos sempre aquele fotógrafo. Lá os convencemos que era um projeto especial . O fotógrafo que contactámos ficou logo entusiasmado. Além do investimento e da gestão da parte editorial havia depois que assegurar que o fotógrafo estava disponível e tu também. Tinha de ser um compromisso e lá avançou, só abanando ligeiramente quando a direção foi substituída, mas felizmente recebeu carta branca para avançar. Foi aliás nessa altura que se decidiu que era uma boa oportunidade para tornar o acontecimento mais institucional, com a parceria para organizar uma exposição patrocinada pela Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade. A partir daí, a minha missão era garantir que havia um vale

para sair em reportagem. A grande guerra foi depois para publicar. No plano inicial, tinha seis páginas. A minha questão era: então andamos um ano a fazer um investimento destes e agora desperdiçamos o que temos em mão? Isso foi um desperdício. É verdade que estes temas mais fortes muito dificilmente fazem capa na Visão, historicamente foi sempre assim, porque convocam o leitor de uma forma dura. Mas ficou tanto texto de fora, algumas fotos pareciam aquilo a que chamamos selinhos. Para ter emoção, uma fotografia que não é muito informativa precisa de ter espaço. Se considerarmos que o tema era importante, para nós e para a sociedade, isso também se reflete no espaço que lhe dás. Houve mortes violentas, à frente dos filhos...Claro que há sempre uma linha que separa o que é sensacionalismo e o que queríamos fazer. É uma velha discussão: mostrar, ou não, um cadáver? Às vezes tem de se mostrar. Claro que não é preciso dizer que se esvaíram em sangue, o nosso foco até eram as circunstâncias da relação. Porque ia tudo dar ao mesmo. Ou seja, podia ser qualquer uma de nós. E aquele sítio, aquele *'Aqui Morreu Uma Mulher'* podia ser em qualquer sítio. Era um padrão transversal ao país. Posso dar o que considero o melhor exemplo de valorização de um trabalho. Aconteceu com a New Yorker, que em 1946 enviou um repórter várias semanas para Hiroshima. E ele decide contar as histórias de meia dúzia de pessoas, detalhando onde estavam e tudo o que lhes aconteceu quando a bomba rebentou e onde estavam então – como ponto de partida para um retrato de uma cidade em ambiente nuclear. Em cima do fecho, já estava a enviar páginas e páginas daquilo quando o diretor começou a ler e proferiu alto e bom som o famoso: parem as máquinas, isso vai tudo para o lixo. Pela primeira vez, a revista foi monotemática. Claro que é uma situação extrema, mas isto é que é dizer “isto é bom e não quero saber de mais nada agora”. Hoje acho que devia ter feito mais finca pé para o artigo ter o espaço que merecia. Havia a exposição no Largo de Camões, com tanta figura ilustre, podíamos ter uma revista na mão que o espelhasse. E lá dentro ter um portefólio que fizesse o leitor parar sempre que mudava a página. Houve momentos em que se ponderou até não publicar todas. Era sempre muito difícil negociar os espaços e não deveria ter sido assim. Podíamos ter sido nós a promover debates pelo país todo, a produzir um livro. Era um jornalismo de causas? Era, mas isso era assumido. Era consensual que tínhamos de ter algumas causas. Tratava-se da defesa dos direitos humanos. Não havia outro lado. Nada justifica que um homem espete uma faca na mulher à frente do filho. Aqui não há dois lados. No jornalismo de guerra isso fala-se muito, que há sempre dois lados. Mas há sempre um mais forte do que outro. É por isso que, nesses sítios, é óbvio decidir qual é o ângulo: é o do povo, porque há sempre uns coitados que são apanhados. Se tiver uma criança a morrer de fome no Iémen, estou preocupada em ouvir o outro lado? Veja-se o caso do Robert Fisk, que toda a gente sabe que é alinhado com a causa palestiniana. Para ele, claramente, sempre que está em reportagem no Médio Oriente, não há o outro lado. Há o lado da vítima. Costumo dizer: “onde houver uma vítima, estou lá”. É o mesmo com as mulheres assassinadas, que era um movimento a que já estamos a assistir em Espanha e nós trilhamos muito desse caminho. Apesar de ainda se ler que matou por amor- ou num ataque de ciúmes, ou porque o traiu, ou porque não se deitava com ele..- penso que essa mensagem tem vindo a entrar na cabeça das pessoas e acho que foi uma missão nossa, dos jornalistas como coletivo e também nossa, da Visão. Para se conseguir isto é preciso deixar de apontar números e falar de pessoas.

Porque queremos que as pessoas se identifiquem. E essa capacidade de nos pôrmos no lugar do outro é que faz de nós humanos. Se o jornalismo serve para informar e fazer pensar, para emocionar e talvez fazer mudar, este é um dos trabalhos exemplares a esse nível. Quantas vezes fomos por esse país fora? Isso deixa sempre uma semente. Informamos, com dignidade e seriedade e fizemos pensar. Hoje teria sido uma série no digital e no fim uma capa ou uma edição especial, hoje era possível acrescentar sons, das pessoas a falar e do ambiente. Um pouco com fotos que linkavam a esse som, mesmo multimédia. Às vezes tem muito mais força o que é subliminar, o que é sugerido, o sugestionado acaba por ser mais interessante. Ver a cara não é muito interessante, mas ver o degrau onde morreu e alguém a contar. E podíamos ter gráficos interativos, em vez só aquele mapa, que poderia hoje ser trabalhado graficamente muito mais interessante. Só que ainda não tínhamos sequer essas ferramentas.”

Camila Iglesias – Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAP

“A UMAP decidiu lançar o seu Observatório das Mulheres Assassinadas em 2004. No seu entender, a violência letal contra a mulher assumia-se como uma questão transversal a toda a sociedade. A criação do OMA tinha como alavanca a pretensão de desmontar o problema e dar nomes aos números divulgados anualmente pela contabilidade da administração interna. Havia ainda a intenção assumida que, perante essa sua recolha de dados, fosse possível dar corpo e existência à palavra femicídio, ainda não reconhecida na nossa legislação. Assim, era possível ultrapassar outra questão, que é essa de os dados oficiais não trazerem clareza certos acontecimentos. Nem deixam em aberto qualquer possibilidade de o fazer. É o caso do femicídio, exatamente porque não está contemplado no ordenamento jurídico. Assim, à semelhança de outros observatórios que já existiam – Canadá, Reino Unido, Europeu – a UMAP decidiu incorporar essa metodologia, monitorizando diariamente os jornais a nível nacional. Era já claro para nós que as notícias são a forma através da qual a população toma conhecimento do fenómeno, não é o dado oficial nem a polícia. A notícia traz-nos a narrativa dos factos. E se os media são próximos da realidade do povo têm, então, por isso também uma responsabilidade acrescida.”

Daniel Cotrim – Psicólogo e responsável na Associação de Apoio à Vítima

“Ainda percebemos muito mal este fenómeno. No início de 2019, quando foi publicado o relatório da ERC sobre a forma como os telejornais estavam a noticiar os casos mais graves, sobretudo mortais, de violência doméstica. Com as conclusões a que chegamos todos: continua-se a basear a versão no testemunho mas sobretudo no sangrento, a incluir distorções, que apelam a uma série de leituras sobre as razões, esquecendo que estamos perante um crime, alguém que matou alguém. 90 por cento dos casos são contra as mulheres, e o que está lá é a desigualdade de género e a banalização da violência. É vista como perfeitamente natural. Porque traía, usava saia ou decote...isto está inculcado em nós e não podemos desculpar. Não é cultura, é falta dela. A verdade é que vivemos ainda numa sociedade muito machista, misógina – e entre homens pela

visão tóxica do que é a masculinidade, o que é também gerador de violência. Em regra, acontece dentro de uma dinâmica relacional, entre pessoas que acreditam nas mesmas coisas, têm os mesmos sistemas de crenças. Se se acreditar que o homem é o provedor lá de casa, a mulher vai/terá que contribuir para o pôr em prática. Quando não é assim, há um desequilíbrio. Mas repare-se que somos levados a acreditar que o par deve ter as mesmas crenças. Coincidência ou não, deram-se uma série de casos violentíssimos nesse primeiro trimestre do ano – e sabemos, um contributo da área da psicologia criminal, que existe esse fenómeno que leva pessoas a copiar formas de cometer crimes. Havia já algum caminho feito sobre o tema do suicídio, e que é só noticiar quando o caso é público e recorrendo sempre a especialistas que possam desmontar as ideias feitas que lhe estão associadas e a dar saída – publicando as linhas e os números de apoio. Já tínhamos algum feedback sobre esse efeito contágio no caso da violência doméstica. A coordenar casas-abrigo há mais de década e meia, comecei a questionar e a pedir que me contassem como é que viam o que era noticiado. Sobretudo depois de terem sido sovadas. Muitas respondiam: “olha só, então o que é que estava à espera?”. Várias vezes. Ainda hoje me dizem isto. É uma forma de se defenderem da sua realidade, como se aquilo não tivesse nada a ver com elas, é a forma de se retirarem de cena. Mas também começou a haver quem relatasse que a primeira reação era do marido agressor. “Ouviste? Ouviste o que lhe aconteceu? Vê lá se não te acontece igual ou pior...”. Ou seja, este tipo de notícias são muitas vezes usadas como forma de ameaça. No início do ano, são geralmente assassinadas mulheres mais velhas, já nos meses seguintes há dois ou três assassinios com características idênticas. Diz-se ainda muito que foram problemas financeiros ou que estavam perante doenças terminais, ou seja romantiza-se ainda muito estes casos, abrindo caminho para contágios. Nem sempre se suicidam a seguir, há ainda os que andam fugidos – o chamado efeito palito. Quando essa fuga tem uma grande cobertura, acaba por levar outros a pensar que podem arriscar fazer o mesmo. É preciso noticiar, mas fazê-lo com equilíbrio. Temos de continuar a dar informação sobre isso, para que não deixem de existir, ou passem a ser minimizados ou, pior, ser um tabu. É preciso envolver os profissionais que estão no terreno para ajudar a dar saídas. Demasiadas vezes são ainda contadas pela metade, como aquilo ocorreu, mas não como se pode dar a volta. Daí que quando me pedem para providenciar testemunhos, prefiro que sejam vítimas que já estão fora da relação violenta, que podem contar a sua experiência para sair. É que nem todas as histórias têm um final infeliz e esse é um mote muito mais interessante, sobretudo para quem está numa relação violenta. Hoje, os meios devem procurar contar histórias que dão pistas para ultrapassar a situação. É o que faz mais sentido. Tem de se deixar de procurar explorar o drama das vítimas, tem de se mostrar que é possível dar a volta. Sem procurar apimentar casos, ou dar-lhe um cariz mais sensacionalista. Não é preciso contar o que aconteceu de mal, mas como se chega ao patamar seguinte. Mostrar bons exemplos é muito importante, dá esperança. Se se começar a desmontar mais vezes, como se viu este ano, nas várias vezes que fomos convocados pela comunicação social para prestar um serviço que é fundamental – e que é informar. Tomara que esta parceria informal continue, sem ser baseada no gore, no sangue com tripas à mistura. Passou a haver uma grande necessidade de passar a

mensagem. Porque esta pandemia fica. É quando começam a aparecer os contactos onde se pode obter ajuda e a cumprir essa função de prestar um serviço à comunidade.

Elza Pais - Deputada, socióloga, autora da tese Homicídios Conjugais em Portugal, 1999

“Esse retrato do país foi atualizado em 2010, e o que mudou foi a configuração do fenómeno. Tornou-se mais visível que era muito urbano, a que mais homens recorriam (enquanto as mulheres deixavam cada vez mais de recorrer à extrema violência) quando se sentiam abandonados. O empoderamento das mulheres, mais visíveis naquela década, era sinal de que estavam a procurar outras soluções, a apresentar queixa e a recorrer às estruturas de apoio. 43 por cento dos agressores mostravam-se acima dos 51 anos, o que era interpretado como uma maior adesão dos jovens às campanhas contra a violência – foram lançadas entretanto várias ações nas escolas, em particular contra a violência no namoro. Então secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais desmonta o que aparentava ser uma subida de dez por cento dos casos conhecidos de violência conjugal. “O que se assiste é uma desocultação do fenómeno. As vítimas deixam de ter vergonha, deixam de silenciar e recorrem às respostas já criadas para responder aos pedidos de ajuda.” A campanha, lançada pela presidência da União Europeia, a que Portugal aderiu de imediato, estava simbolizada num cartão vermelho, que todos deveriam levantar para dizer não à violência doméstica. Uma proposta que vinha embalada da lei de proteção das vítimas, de 2009, para definição do estatuto da vítima, para poder recorrer a apoios sociais. Permitia ainda atribuir uma pulseira eletrónica ao agressor, para o inibir de se aproximar da vítima, e ainda o botão de pânico, caso fosse preciso sinalizar uma situação de perigo. A lei foi-se aprofundando ao longo do tempo, e hoje temos um quadro legal que responde às necessidades de criminalização dos agressores e de proteção da vítima – e que foi incorporando as normas emanadas da Convenção de Istambul. Desde então foi também visível o papel de destaque da ação assumida pelas ONG, nas escolas e junto de públicos específicos, e sobretudo no apoio à vítima – as casas de abrigo são tuteladas por estas organizações. Na agenda está ainda a questão de continuar a ser impossível remover o agressor, no quadro da presunção de inocência, até ao trânsito em julgado da sentença. Há ainda muitos estereótipos que continuam presentes no nosso espaço público, em destaque na publicidade, onde são mais tolerados. Várias queixas sobre essa imagem de subalternidade da mulher em contexto de intimidade foram inclusive apresentadas pela Comissão para a Cidadania e Igualdade à ERC. Depois de várias dezenas de queixas de espectadores, foram também visados programas como Quem quer casar com o agricultor (SIC) e Quem quer casar com o meu filho? (TVI), que acabou por ser retirado do ar. Também convivemos ainda com alguma imprensa com uma atitude sensacionalista, mas note-se que hoje há já quem esteja a fazer um outro caminho. Mais pedagógica,

produzindo artigos que ajudam a vítima a ganhar confiança no sistema. Como a informação é mais disseminada, isso dá mais acesso à vítima e dá-lhe mais conhecimento sobre as estruturas de apoio. Os dados do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna) dão-nos conta de um grande aumento, numa determinada altura, que se deve interpretar como uma contínua desocultação dos casos. Haverá regiões onde o fenómeno está mais à vista, outras em que não. A média, dos últimos anos, mantém-se à volta de 40 homicídios por ano. “Não nos pode deixar descansados, nem que fosse só uma...” - razão para várias iniciativas governamentais. (dia de luto contra a violência doméstica; grupo de trabalho para criação de medidas que permitam dar respostas em 72 horas, agindo imediatamente após a denúncia). Um tema mais visível dá força a que se possam criar mais medidas de apoio, a criação destas e a sua comunicação também o torna noticiado. É um caminho, defende Elza Pais, que se tem feito nos dois sentidos. É importante que a mensagem seja disseminada, é importante que a informação chegue às pessoas. Temos ONG 's espalhadas por todo o país, PSP e GNR foram dotadas de equipas especializadas em violência doméstica. A introdução da terminologia do femicídio esbarra ainda em questões jurídicas que se opõem; de todo o modo, não é por isso que a situação deixa de ser identificada e punida. Hoje, a própria estatística oficial já distingue os homicídios conjugais da totalidade dos homicídios, dando-nos um retrato mais aproximado da realidade.”

Manuel Lisboa - Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, coordenador do Observatório Nacional de Violência e Género

“Falamos muito de femicídio – e até de feminicídio, que acrescenta a ideia de que o Estado tem de ser questionado sobre a sua culpabilidade num crime que é recorrente. Trata-se da expressão mais dramática de um problema geral que, se fosse uma pirâmide, estava praticamente escondido. Só a ponta tem alguma visibilidade, apesar das melhorias registadas, e das percentagens crescente de mulheres a darem esse passo. E a violência contra as mulheres é a expressão dramática destas desigualdades. Por mostrar, fica a desigualdade de género em todos os capítulos da sociedade. O que observamos é que o problema só é visível pelos casos que chegam à polícia, e esses são muito poucos. A maioria continua a silenciar: há mulheres que se suicidam, outras que vão morrendo aos poucos. Como diz Chris Evans, o fundador da campanha White Ribbon (Laço Branco) – que procura mobilizar os homens para o combate a qualquer violência contra as mulheres – isto a que assistimos é uma guerra civil do quotidiano. Em alguns casos, quase em direto. Não só é pouco como pode até ser enganador, sob o risco de resumir a questão ao seu ângulo mais dramático. Tem de ser um pretexto para ir mais além e desmontar o processo da desigualdade. Num cenário de grande competitividade, como é hoje o da nossa comunicação social, o lógico seria até que não seguissemos todo este modelo – ou ângulo de abordagem – e que se procurasse a diferenciação. Os exemplos abundam: desde histórias de vida com outro final a cadernos temáticos, privilegiando a prevenção. Um retrato que fica por fazer.

Bibliografia

- Amâncio, Lúcia; Tavares, Manuela, Joaquim, Teresa; Almeida, Teresa S. de (Orgs.) (2007) O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois, Lisboa: Publicações Dom Quixote;
- Baptista, Carla (2019), «Há um problema com a representação jornalística da violência doméstica» - *Le Monde Diplomatique*;
- Baptista, Carla, Sousa, Jorge Pedro (2020), Para uma história do jornalismo em Portugal, Livros ICNOVA;
- Beasley e Gibbons (1975) *Taking Their Place: A Documentary History of Women and Journalism*;
- Braber, Natalie (2015), Representation of Domestic Violence in two British Newspapers, *The Guardian and The Sun*;;
- Cerqueira, Carla Braga (2008), A Imprensa e a Perspectiva de Género: quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher;
- Cerqueira, C., & Gomes, S. (2017). Violência de género nos media: Percurso, dilemas é desafios. In Neves, S. & Costa, D. (Org.) *Violências de Género* (pp. 217-238)
- Cardoso, Carla (2008) A newsmagazine em Portugal: 70 anos até à consolidação do conceito; Contributos para uma História da Newsmagazine. *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso*
- Carll, Elizabeth K (2003), *News Portrayal of Violence and Women - Implications for Public Policy*;
- Comissão para a Igualdade de Género (2005), *Guia para o mainstream de género na Comunicação Social*;
- Duarte, Madalena (2012), O lugar do Direito nas políticas contra a violência doméstica, CES – Universidade de Coimbra;
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2019), *Representações da Violência Doméstica nos telejornais de horário nobre*”;
- Feyel, Gilles (2001), Emergence and Development of a Loosely Defined Media: The Magazine, in *Réseaux* Volume 105;
- Fox, James Alan and Fridel, Emma E (2017) Gender Differences in Patterns and Trends in U.S. Homicide 1976–2015;
- Franks, Suzanne, (2013) *Women and Journalism*, Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford;
- Harbers, Frank (2014), Between engagement and ironic ambiguity: Mediating subjectivity in narrative journalism, Centre for Media and Journalism Studies, University of Groningen;
- Hanitzsch T., Hanusch F., Ramaprasad J., & De Beer A, (2019), Role Orientations: Journalists’ Views on Their Place in Society, *Worlds of Journalism: Journalistic Cultures Around the Globe*;
- Kavanagh, Jennifer; Marcelino, William; Blake, Jonathan S.; Smith, Shawn, Davenport, Steven, Tebeka, Mahlet G. (2019), *News in a Digital Age: Comparing the Presentation of News Information over Time and Across Media Platforms*;

Kohlman, Stefanie, Amber Baig, Guy Balice*, Christine DiRubbo, Linda Placencia, Kenneth Skale, Jessica Thomas, Jessica Flitter, Fereshte Mirzad, Hillary Moeckler and Shayne Aquino (2014), Contribution of Media to the Normalization and Perpetuation of Domestic Violence, *Journal of Psychiatry and Behavioral Sciences*;

Kovach, Bill; Rosenstiel, Tom (2004), *Elementos do Jornalismo – O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*;

Kovarik, Bill (2016) *Revolutions in Communication: Media History from Gutenberg to the Digital Age*;

Krolokke, Charlotte; Anne Scott Sorensen (2005). «Three Waves of Feminism: From Suffragettes to Grrls». *Gender Communication Theories and Analyses: From Silence to Performance*, Sage;

Llewellyn D. (2015) *Talking in Waves: A Generational and Secular Metaphor*. In: *Reading, Feminism, and Spirituality. Breaking Feminist Waves*. Palgrave Macmillan;

Maxwell, Kimberly A.; Huxford, John; Borum, Catherine; Hornik, Robert (June 1, 2000). "Covering Domestic Violence: How the O.J. Simpson Case Shaped Reporting of Domestic Violence in the News Media". *Journalism & Mass Communication Quarterly*;

Pais, Elza (1998), *Homicídio conjugal em Portugal – Rupturas violentas da conjugalidade*;

Russell, Diana; Radford, Jill (1992), *Femicide: the politics of woman killing*;

Santos, Anabela, Cerqueira, Carla e Cabecinha, Rosa (2015), *Comunicação e Sociedade*, vol. 27, 2015 441 *Entre a norma e a exceção: assimetrias de género nas newsmagazines portuguesas*;

Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade (2019), *Guia de boas práticas dos órgãos de comunicação social na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica*;

Silveirinha, Maria João; Simões, Rita Basílio, Santos, Thâmara (2019), *Him Too? Cristiano Ronaldo and the News Coverage of a Rape Case Allegation*, *Journalism Practice*;

Simões, Rita Basílio (2011), *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*

Simons, Margaret; Morgan, Jenny (2017), *Changing Media Coverage of Violence Against Women*, *Journalism Studies*;

Steiner, Linda (2014) *Feminist Media Theory, The Handbook of Media and Mass Communication Theory*;

Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal, décadas de 70 e 80*, Lisboa, Horizonte;

Tavares, Manuela (2011), *Feminismos em Portugal, 2008*

Tuchman, Gaye (1978) *Making News: A Study in the Construction of Reality*;

Tuchman, Gaye (2009), *Media, Género, Nichos*

União Mulheres Alternativa e Resposta (2003), *Da aplicação concreta da legislação vigente na área da violência conjugal – o caso do direito penal*;

UN Women (2019), *Handbook to address violence against women and girls in and through media*;

Yung Chang, 2020, *This is not a Movie - Robert Fisk and the politics of truth*;